

Relatório Anual

Ano Financeiro 2012



Dili, 2013
Disponível em
www.bancocentral.tl
Publicações

Relatório Anual

Ano Financeiro 2012



Dili, 2013
Disponível em
www.bancocentral.tl
Publicações

ÍNDICE

	pg	i
<i>Apresentação</i>		
<i>Análise Económica</i>		2
<i>1 - Economia internacional: vacila mas não cai?</i>		2
<i>2 - Evolução recente da economia nacional</i>		10
<i>Produção</i>		10
<i>Preços.....</i>		12
<i>Comércio internacional</i>		15
<i>Taxa de Câmbios.....</i>		20
<i>Finanças públicas</i>		22
<i>Moeda, crédito e taxas de juro</i>		27
<i>Transparência</i>		32
<i>1 – Organização, governação e actividades do BCTL</i>		32
<i>1.1 Mandatos organização e governação</i>		33
<i>Principais mandatos e funções</i>		33
<i>Organizacao e governacao</i>		33
<i>1.2 AS actividades do BCTL em 2012</i>		35
<i>Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de pagamento</i>		35
<i>Importação e exportação de moeda</i>		37
<i>Sistema financeiro e serviços bancários</i>		37
<i>Gestão do Fundo Petrolífero</i>		40
<i>Reforço institucional</i>		40
<i>Pessoal e programa de formação</i>		41
<i>Relações externas</i>		42
<i>2 - Informações financeiras sobre o exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012</i>		45
<i>Relatório dos Auditores independentes</i>		81

Apresentação

Este Relatório é o primeiro relatório que aborda um ano civil completo de actividade do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), nascido a 13 de Setembro de 2011 por transformação da Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP/BPA) de acordo com a Lei nº 5/2011 (Lei Orgânica do Banco Central), aprovada pelo Parlamento Nacional e promulgada por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Ramos Horta, em Junho de 2011.

A Lei Orgânica do Banco Central descreve a responsabilidade do Banco Central face o Presidente da República, o Parlamento Nacional, o Primeiro Ministro e o Ministro das Finanças quanto à submissão do seu relatório anual. O ano financeiro do BCTL passa a coincidir com o ano civil, que é também o ano fiscal. A partir desta alteração o período reportado nos relatórios do BCTL passa a ser o das atividades desenvolvidas em cada ano civil, estando prevista a sua publicação até ao final de Abril do ano civil seguinte ao reportado.

Durante o período em análise “a recuperação da economia mundial conheceu novos desaires e a incerteza pesa significativamente sobre as perspectivas para o futuro. Uma razão fundamental é o facto de as economias avançadas não terem conseguido reconstruir a confiança numa perspectiva de médio prazo. Riscos como os relacionados com a viabilidade da zona Euro ou erros fundamentais na política fiscal dos Estados Unidos continuam a preocupar os investidores. O *World Economic Outlook (WEO)* prevê, assim e quanto à evolução futura da economia mundial, que haverá apenas um seu gradual fortalecimento a partir de um nível relativamente baixo no início de 2012. A actual previsão de crescimento de 3,3% e 3,5% em 2012 e 2013, respectivamente. O crescimento deve continuar lento nas economias avançadas mas ainda relativamente sólido em muitas das economias emergentes e em desenvolvimento.

Um crescimento relativamente lento das economias mais avançadas e alguma incerteza da cena política internacional relacionada com as tensões políticas e sociais vividas em vários países árabes têm sido as responsáveis por alguma instabilidade do preço internacional do petróleo. As expectativas são de que o preço do petróleo venha a diminuir no futuro próximo. É o caso do WTI (*Western Texas Intermediate*) — cujo preço é a referência para o petróleo de Timor-Leste — que deverá, segundo as actuais estimativas, baixar dos quase 100 USD/barril para os cerca de 87-88 USD/barril dentro de cerca de 3 anos.

Quanto à taxa de inflação e numa consequência natural do abrandamento da actividade económica na maioria das economias avançadas, ela baixou de 2,7% em 2011 para 1,9% em 2012, esperando-se que ronde os 1,6% em 2013. Nas economias emergentes verificou-se uma tendência semelhante mas a um nível mais elevado de taxas: 6,1% em 2012, esperando-se uma queda para os 5,8% - 5,9% em 2013.

Uma outra variável económica internacional com especial interesse para Timor-Leste devido aos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos do Tesouro dos Estados Unidos é a taxa de juro definida para os *Fed Funds* pela autoridade competente daquele país. Esta decidiu prolongar até finais de 2014 a política de taxas de juro nominais quase nulas já que mantendo-se no intervalo entre 0% e 0,25%.

Depois de em 2009 e 2010 o PIB (sem petróleo) de Timor-Leste ter crescido 12,8% e 9,5%, respetivamente, em 2011 e 2012 as estimativas apontam para que a taxa média de crescimento da produção do nosso país tenha sido, segundo as estimativas do Governo para o OGE de 2013, de cerca de 10,8% e 10,6 respectivamente.

A variável económica que conheceu maior alteração durante o período em análise neste relatório foi a taxa de inflação. Esta é também, pela natureza dos bancos centrais e dos objetivos das suas políticas, a que está no centro das preocupações do BCTL. A taxa homóloga de Dezembro/12 é de 11,7%, exactamente o valor estimado pelo Governo tal como consta do Livro 1 do OGE2013 (Tabela 2.3.3.1 da pág 24) e pelo Banco Central. A taxa correspondente de Dezembro do ano anterior tinha sido de 17,4% pelo que se verificou uma queda significativa da taxa homóloga. Esta quebra é muito menos nítida na evolução da taxa média anual — cuja utilização é mais correcta por envolver as médias do índice de preços de dois anos e não apenas o valor deste em dois meses — já que ela terá passado dos cerca de 13,5% em 2011 para os 11,8% de 2012.

O BCTL continua, através da sua atividade, a senda da sua predecessora ABP de promoção da estabilidade do sistema monetário e financeiro de Timor-Leste. Uma das principais actividades desenvolvidas pelo BCTL durante o período foi o desenvolvimento das consultas no sentido de estabelecer uma agência do tipo Unidade de Investigação Financeira a fim de tentar controlar as transacções suspeitas de dinheiro e de obter, analisar e divulgar informação sobre a atividade anti lavagem de dinheiro.

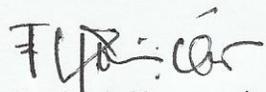
O BCTL continuou a trabalhar com o Ministério das Finanças bem como com o Comité Assessoria para o Investimento do Fundo Petrolífero para fazer a revisão da estratégia de gestão do Fundo Petrolífero. Esta discussão tornou-se ainda mais necessária após a aprovação pelo Parlamento Nacional das alterações à Lei do Fundo Petrolífero, que permitem a este aumentar significativamente a sua exposição aos títulos de rendimento variável (acções de empresas internacionais).

O Banco implementou a sua política de forte aposta na formação do seu pessoal, afectando a isso recursos financeiros significativos. Isto tem-se reflectido positivamente na qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, reconhecidamente uma das que melhor funciona no país.

Finalmente e como vem sendo usual, resta-me, como Governador do BCTL, agradecer a quantos, funcionários do Banco Central ou “apenas” nossos parceiros de actividade ou interlocutores em vários momentos, contribuíram para a consolidação do Banco Central.

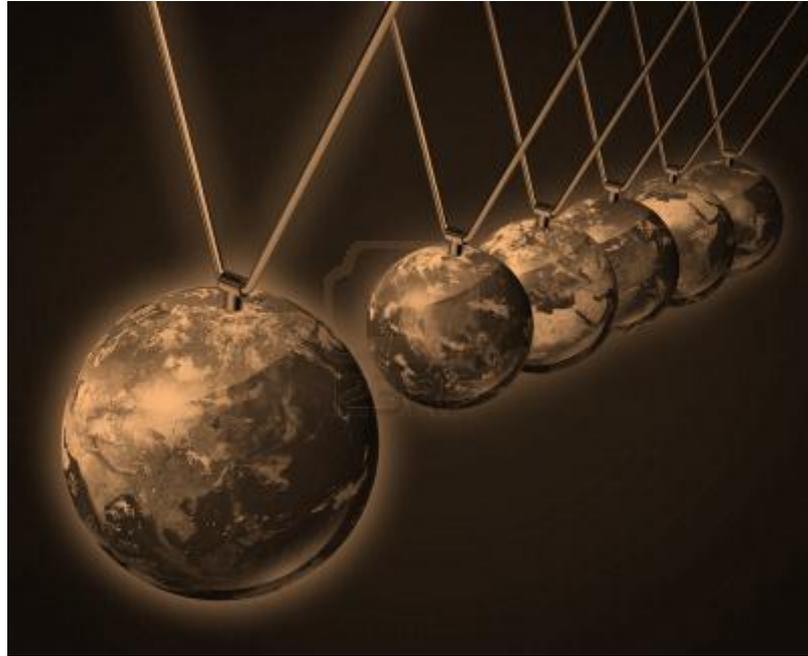
A publicação deste relatório anual tinha sido adiada devido ao tempo que levou para assinar o relatório de auditoria, que dependia de uma confirmação de saldo a ser obtido a partir do Ministério das Finanças

Dili, 28 de Outubro de 2013



Abraão de Vasconcelos
Governador





Análise Económica

1 – *Economia Internacional: vacila mas não cal?*

Fonte fundamental de qualquer análise da economia internacional — concorde-se ou não com as suas análises — são os relatórios semestrais publicados pelo Fundo Monetário Internacional intitulados *World Economic Outlook*. Estes documentos são publicados normalmente em Abril e em fins de Setembro/início de Outubro de cada ano e antecedem a realização de importantes reuniões da Instituição que envolvem todos os seus membros (particularmente a segunda reunião de cada ano). Intercaladamente o Fundo costuma também publicar, entre aquelas datas, actualizações dos referidos relatórios, os *Update* destes.

O que se segue usa muita da informação disponível nas referidas publicações do FMI bem como noutras fontes.

No relatório publicado em Outubro passado começa por se dizer numa síntese sobre o que se passou em 2012 e o que se espera vir a passar em 2013 quanto à **produção** mundial e dos principais países e grupos de países:

“A recuperação conheceu novos desaires e a incerteza pesa significativamente sobre as perspectivas para o futuro. Uma razão fundamental é o facto de as economias avançadas não terem conseguido reconstruir a

confiança numa perspectiva de médio prazo. Riscos como os relacionados com a viabilidade da zona Euro ou erros fundamentais na política fiscal dos Estados Unidos continuam a preocupar os investidores.

O *World Economic Outlook (WEO)* prevê, assim e quanto à evolução futura da economia mundial, que haverá apenas um seu gradual fortalecimento a partir de um nível relativamente baixo no início de 2012. A actual previsão de crescimento de 3,2% e 3,5% em 2012 e 2013, respectivamente, é mais baixa do que a que consta do *WEO Update* de Julho de 2012, o qual era, por sua vez, mais baixo do que o previsto no *WEO* de Abril de 2012.

O crescimento deve continuar lento nas economias avançadas mas ainda relativamente sólido em muitas das economias emergentes e em desenvolvimento.

O desemprego deve manter-se elevado em muitas partes do mundo e as condições financeiras continuarão, de acordo com o *Global Financial Stability Report (GFSR)* de Outubro de 2012, a ser frágeis.

2

WEO Update, January 2013

Table 1. Overview of the World Economic Outlook Projections

(Percent change unless noted otherwise)

	Year over Year						Q4 over Q4		
	2011	2012	Projections		Difference from October 2012 WEO		Estimates 2012	Projections	
			2013	2014	2013	2014		2013	2014
World Output 1/	3.9	3.2	3.5	4.1	-0.1	-0.1	2.9	3.8	4.0
Advanced Economies	1.6	1.3	1.4	2.2	-0.2	-0.1	0.9	2.0	2.1
United States	1.8	2.3	2.0	3.0	-0.1	0.1	1.9	2.4	3.2
Euro Area	1.4	-0.4	-0.2	1.0	-0.3	-0.1	-0.7	0.5	1.0
Germany	3.1	0.9	0.6	1.4	-0.3	0.1	0.6	1.3	1.1
France	1.7	0.2	0.3	0.9	-0.1	-0.2	0.3	0.3	1.2
Italy	0.4	-2.1	-1.0	0.5	-0.3	0.0	-2.4	0.1	0.4
Spain	0.4	-1.4	-1.5	0.8	-0.1	-0.2	-1.9	-0.3	0.8
Japan	-0.6	2.0	1.2	0.7	0.0	-0.4	0.2	2.6	-0.1
United Kingdom	0.9	-0.2	1.0	1.9	-0.1	-0.3	0.0	1.4	2.0
Canada	2.6	2.0	1.8	2.3	-0.2	-0.1	1.3	2.2	2.3
Other Advanced Economies 2/	3.3	1.9	2.7	3.3	-0.3	-0.1	2.0	3.5	3.2
Newly Industrialized Asian Economies	4.0	1.8	3.2	3.9	-0.4	-0.2	2.4	3.9	3.8
Emerging Market and Developing Economies 3/	6.3	5.1	5.5	5.9	-0.1	0.0	5.5	5.9	6.2
Central and Eastern Europe	5.3	1.8	2.4	3.1	-0.1	0.0	1.6	3.2	3.1
Commonwealth of Independent States	4.9	3.6	3.8	4.1	-0.3	-0.1	2.4	4.3	3.4
Russia	4.3	3.6	3.7	3.8	-0.2	-0.1	2.4	4.4	3.4
Excluding Russia	6.2	3.9	4.3	4.7	-0.5	-0.1
Developing Asia	8.0	6.6	7.1	7.5	-0.1	0.0	7.3	7.1	7.8
China	9.3	7.8	8.2	8.5	0.0	0.0	8.1	7.9	8.8
India	7.9	4.5	5.9	6.4	-0.1	0.0	5.4	6.0	6.4
ASEAN-5 4/	4.5	5.7	5.5	5.7	-0.2	0.0	7.7	5.8	5.5

Fonte: IMF *World Economic Outlook Update*, Janeiro 2013, pg 2

Note-se que todos estes números apontam num mesmo sentido: a situação da economia mundial vai, segundo se espera, melhorar em 2013 face a 2012 mas essa melhoria vai ser ligeiramente menor do que se pensou inicialmente. Pior, tudo isto está sujeito a um nível significativo de incerteza — causado, em parte, pela instabilidade dos mercados financeiros, nomeadamente na Europa por causa da elevada dívida pública desta — que poderá resultar numa situação pior do que a que se estima actualmente.

Alguns dos **países europeus** (caso da Itália e da Espanha) continuarão a ter taxas negativas de crescimento: a Espanha, por exemplo, passará dos -1,4% de 2012 para os -1,5% em 2013. Por outro lado, a Alemanha, o “motor” económico da Europa, parece ter entrado num período — que se espera curto — de crescimento lento, o que contribuirá para o crescimento lento do resto da Europa.

Quanto aos **Estados Unidos**, o crescimento em 2012 foi de 2,3% e espera-se um crescimento de 2% em 2013, um abrandamento não descortinado em Outubro passado.

O conjunto das **economias emergentes**, que inclui a Ásia em desenvolvimento, conheceu em 2012 um crescimento de 5,1%, com uma taxa de 6,6% no caso deste último grupo. Para 2013 o crescimento da Ásia em desenvolvimento será, espera-se, de cerca de 7,1%.

O grupo da **ASEAN-5** (Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietname), que aumentou a sua taxa de crescimento dos 4,5% de 2011 para os 5,7% de 2012, deverá crescer 5,5% em 2013, um abrandamento pouco significativo.

Um crescimento relativamente lento das economias mais avançadas e alguma incerteza da cena política internacional relacionada com as tensões políticas e sociais vividas em vários países árabes têm sido as responsáveis por alguma instabilidade do preço internacional do **petróleo**.

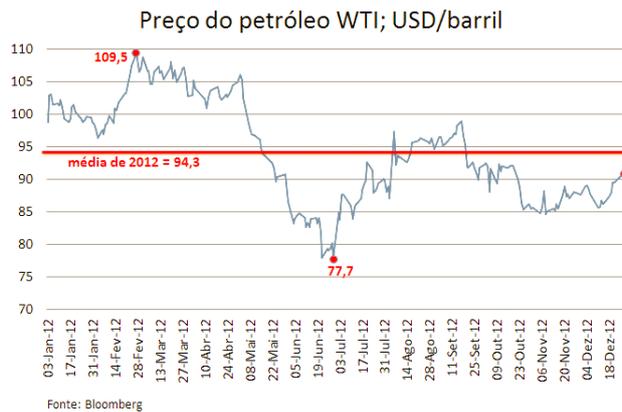


Figure 1.SF.11. Futures Prices

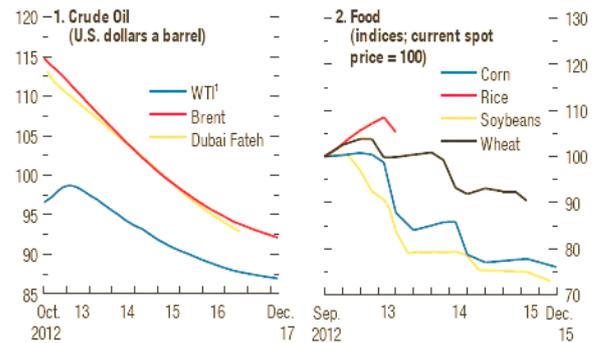
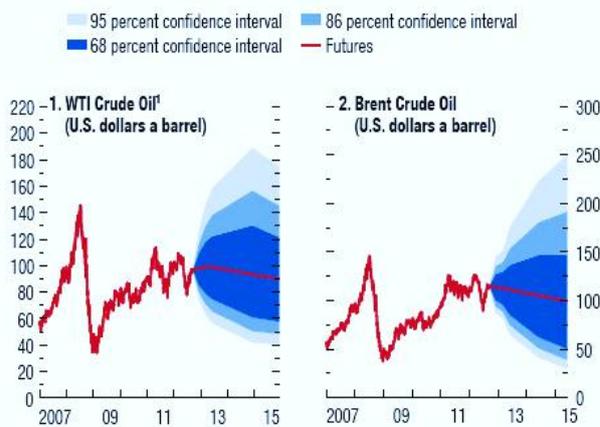


Figure 1.SF.12. Price Prospects for Selected Commodities

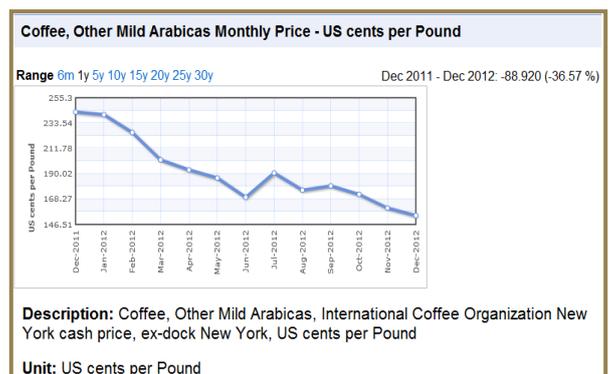
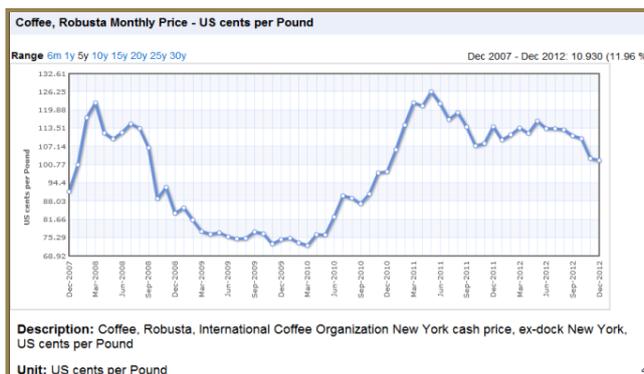


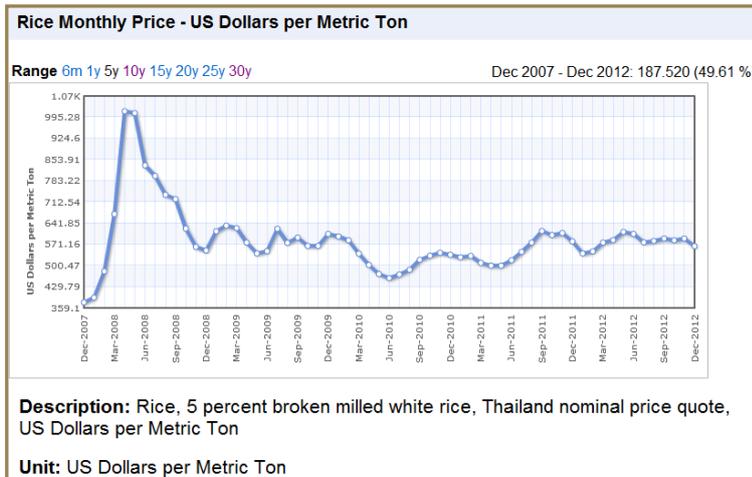
As expectativas são de que o preço do petróleo venha a diminuir no futuro próximo. É o caso do WTI (*Western Texas Intermediate*) — cujo preço é a referência para o petróleo de Timor-Leste — que deverá, segundo as actuais estimativas, baixar dos actuais quase 100 USD/barril para os cerca de 87-88 USD/barril dentro de cerca de 3 anos.

Note-se que a instabilidade do preço do petróleo caracteriza igualmente o índice do preço do conjunto das matérias-primas tal como calculado pelo Fundo Monetário Internacional.

Uma delas é o principal produto de exportação do nosso país: o **café**. A evolução do preço internacional da variedade robusta nos últimos 5 anos está representada abaixo e ao lado esquerdo.

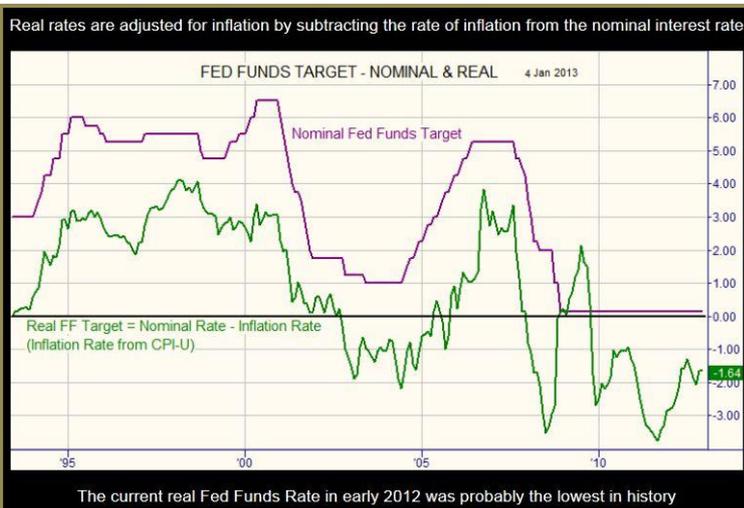
A do arábica em 2012 figura no gráfico à direita do anterior e demonstra bem a descida do preço que se verificou consistentemente em 2012. O preço está em cents americanos por libra de peso (grosso modo, 0,5 kg).





O arroz viu o seu preço aumentar um pouco nos últimos anos, exercendo alguma pressão sobre os preços nacionais já que o consumo de arroz está muito enraizado nos costumes alimentares dos nossos concidadãos.

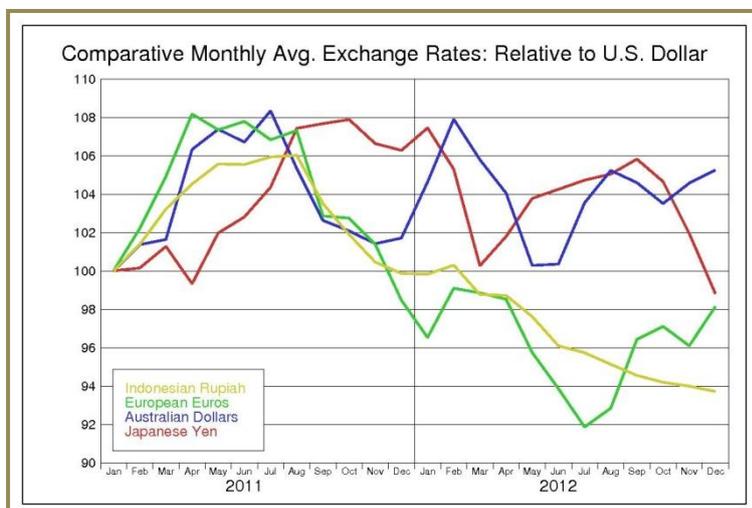
Quanto à **taxa de inflação** e numa consequência natural do abrandamento da actividade económica na maioria das economias avançadas, ela baixou de 2,7% em 2011 para 1,9% em 2012, esperando-se que ronde os 1,6% em 2013. Nas economias emergentes verificou-se uma tendência semelhante mas a um nível mais elevado de taxas: 6,1% em 2012, esperando-se uma queda para os 5,8% em 2013.



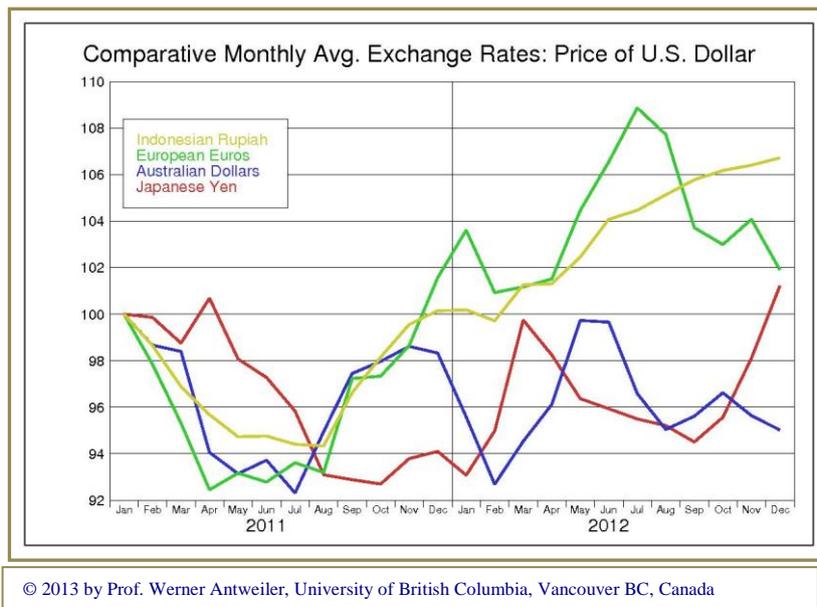
Uma outra variável económica internacional com especial interesse para Timor-Leste devido aos investimentos do Fundo Petrolífero em títulos do Tesouro dos Estados Unidos é a **taxa de juro** definida para os *Fed Funds* pela autoridade competente daquele país.

Esta decidiu prolongar até finais de 2014 a política de taxas de juro nominais quase nulas já que mantendo-se no intervalo entre 0% e 0,25%. Note-se que, considerando a taxa de inflação

(preços no consumidor) nos Estados Unidos de 3,1% e 2% em 2011 e 2012, estamos a falar de taxas de juro reais negativas.



Outra variável fundamental na evolução da economia internacional (e nacional) é a da **taxa de câmbio** nominal em relação aos seus principais parceiros económicos. O gráfico ao lado permite-nos visualizar a evolução da taxa de câmbio do USD (dólar dos Estados Unidos, a moeda nacional de Timor-Leste) com a de outras moedas importantes no comércio externo do nosso país e/ou no panorama cambial e financeiro internacional.



No gráfico ao lado uma subida da linha significa uma apreciação do USD face à moeda em causa.

Como pode verificar, desde meados de 2011 que o dólar se tem valorizado em relação à rupia da Indonésia (representado pela subida da curva da IDR), país com o qual efectuamos cerca de 1/3 (pelo menos) do nosso comércio internacional.

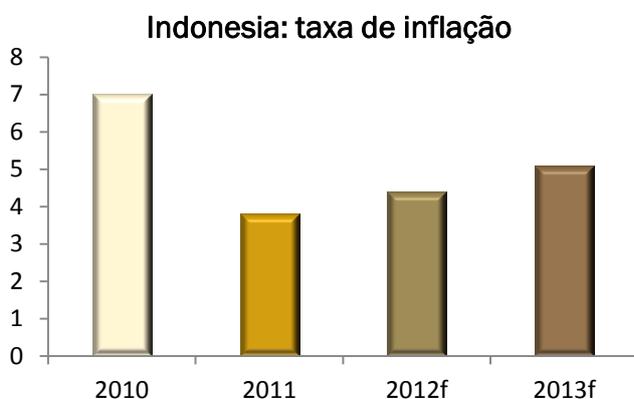
Essa mesma valorização, ainda que com algumas oscilações, tem-se também

verificado face ao Euro. A evolução face ao dólar australiano tem sido mais incerta, com subidas e descidas. Na primeira metade de 2012 predominaram as valorizações do USD mas a partir de meio do ano a situação inverteu-se e o ano terminou com uma taxa de câmbio do AUD/USD não muito diferente da do princípio do ano.

Quanto ao iene japonês, moeda em que está denominado o primeiro empréstimo contraído por Timor-Leste (para financiar a reabilitação da estrada Dili-Baucau), na segunda metade de 2012 verificou-se uma valorização do USD mas a instabilidade da taxa de câmbio entre as duas moedas aconselha a mantê-la sob forte vigilância devido às consequências que uma valorização da moeda japonesa pode ter sobre os custos do empréstimo naquela moeda.

A economia da Indonésia

Segundo dados divulgados pelo Banco Mundial na sua publicação *East Asia and Pacific Economic Update*, de Dezembro passado, a Indonésia conheceu uma taxa de crescimento do produto de 6,5% em 2011 e de 6,1% em 2012. Esta diminuição da taxa de crescimento terá ficado a dever-se aos reflexos no país da crise económica nas economias mais avançadas. Com a esperada, mas

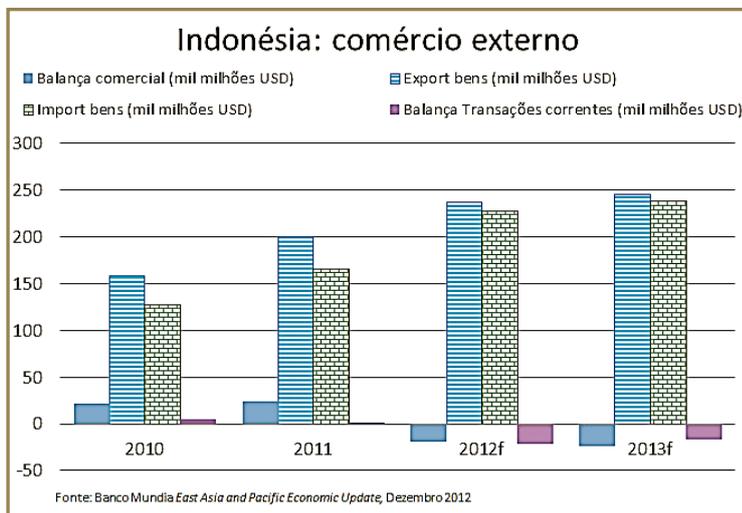


Fonte: Banco Mundial, East Asia and Pacific Economic Update, Dezembro 2012
Nota: f = forecast/previsão

incerta, recuperação (lenta) da situação económica destas, a taxa de crescimento na Indonésia tenderá a aumentar, ainda que muito ligeiramente, para os previstos 6,3% em 2013, que o banco central do país acredita que podem vir a chegar aos 6,7%.

Depois de uma quebra significativa da taxa de inflação de 7% para 3,8% entre 2010 e 2011, em 2012 ela aumentou para 4,4%, prevendo-se que venha a ser de 5,1% em 2013. Porém, a meta do Banco da Indonésia (o banco central do país) para a taxa de inflação em 2013 é de $\pm 4,5\%$, igual à do ano passado.

Recorde-se que taxas baixas de inflação no nosso vizinho são uma boa notícia para Timor-Leste pois é de lá que vem cerca de um terço das nossas importações. O nível de inflação importada (pelo menos da Indonésia) será, assim, relativamente reduzido entre nós. A esta influência junta-se a da já anteriormente referida valorização do USD face à IDR para tornar mais baratas as importações provenientes dos nossos vizinhos do lado.



Para fazer face à queda da procura internacional derivada da crise das economias mais avançadas e de uma redução do ritmo de crescimento do produto na China as autoridades do país tomaram medidas de dinamização da procura interna que acabaram por resultar num aumento das importações mais importante que o das exportações. E resultado desta evolução destas duas componentes da balança comercial o saldo desta, que tinha sido positiva em 2010 e 2011, tornou-se negativa em 2012. Por arrastamento a balança de

transacções correntes foi também negativa em 2012 e espera-se que o continue a ser este ano.

A taxa de juro do banco central está fixada nos 5,75% e a *prime rate* de alguns dos principais bancos comerciais do país ronda os 10%-11%, não muito diferente da praticada pelos principais bancos entre nós.



Quanto à taxa de câmbio, já referimos anteriormente que ela se caracterizou por uma sistemática desvalorização desde meados de 2011 e durante todo o ano de 2012 relativamente às principais moedas, sendo mais nítida e consistente em relação ao dólar americano mas também em relação ao iene japonês e ao dólar australiano.

A economia da Austrália

Algo à semelhança do que tem acontecido em outras economias avançadas, a Austrália tem conhecido ultimamente um crescimento do produto relativamente lento, com 2,1% no total do ano de 2011. Porém, a estimativa é que em 2012 tenha crescido 3,3%, valor que baixará para 3% em 2013.

A taxa de inflação, por sua vez, baixou de 3.4% em 2011 para 2% em 2012, estando previsto que acelere para os 2,6% em 2013.

Table 2.3. Selected Asian Economies: Real GDP, Consumer Prices, Current Account Balance, and Unemployment
(Annual percent change unless noted otherwise)

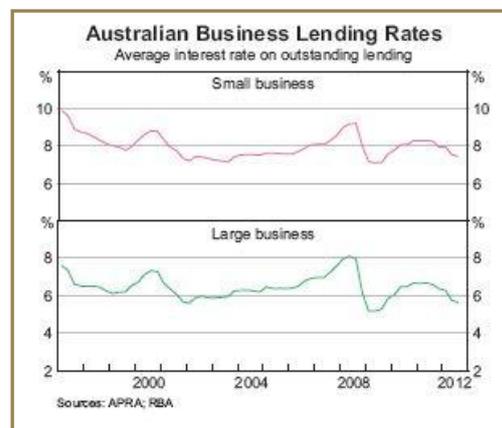
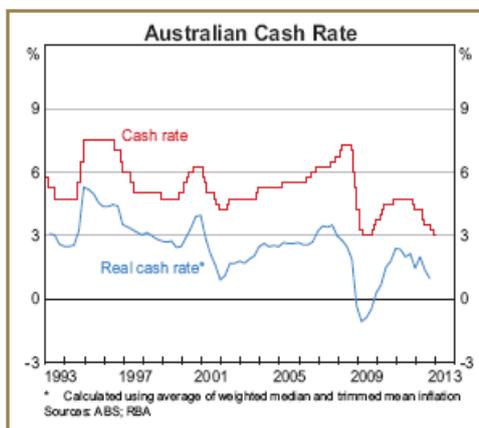
	Real GDP			Consumer Prices ¹			Current Account Balance ²			Unemployment ³		
	2011	Projections		2011	Projections		2011	Projections		2011	Projections	
		2012	2013		2012	2013		2012	2013		2012	2013
Asia	5.8	5.4	5.8	5.0	3.9	3.8	1.9	1.2	1.3
Advanced Asia	1.3	2.3	2.3	1.6	1.2	1.2	2.3	1.5	1.6	4.3	4.3	4.2
Japan	-0.8	2.2	1.2	-0.3	0.0	-0.2	2.0	1.6	2.3	4.6	4.5	4.4
Australia	2.1	3.3	3.0	3.4	2.0	2.6	-2.3	-4.1	-5.5	5.1	5.2	5.3
New Zealand	1.3	2.2	3.1	4.0	1.9	2.4	-4.2	-5.4	-5.9	6.5	6.6	5.7
Newly Industrialized Asian Economies	4.0	2.1	3.6	3.6	2.7	2.7	6.6	5.6	5.5	3.6	3.5	3.5
Korea	3.6	2.7	3.6	4.0	2.2	2.7	2.4	1.9	1.7	3.4	3.3	3.3
Taiwan Province of China	4.0	1.3	3.9	1.4	2.5	2.0	8.9	6.9	7.3	4.4	4.5	4.3
Hong Kong SAR	5.0	1.8	3.5	5.3	3.8	3.0	5.3	4.1	3.8	3.4	3.4	3.3
Singapore	4.9	2.1	2.9	5.2	4.5	4.3	21.9	21.0	20.7	2.0	2.1	2.1



O AUD (dólar australiano) manteve em 2012 uma taxa de câmbio relativamente irregular face ao dólar americano, durante o primeiro trimestre do ano valorizou-se para logo a seguir se desvalorizar no segundo trimestre e se voltar a valorizar até ao final do ano, terminando este com uma cotação não muito diferente da do início do ano.

Isto significa que o efeito de “inflação importada” da Austrália para Timor Leste por via da taxa de câmbio terá sido relativamente reduzido.

Quanto à taxa de juro, o Reserve Bank of Australia definiu a “cash rate” em 3%. A taxa de juro para os empréstimos dos bancos comerciais às empresas de pequena dimensão é actualmente de cerca de 8% enquanto que os empréstimos às grandes empresas têm uma taxa de juro inferior um pouco a 6%.

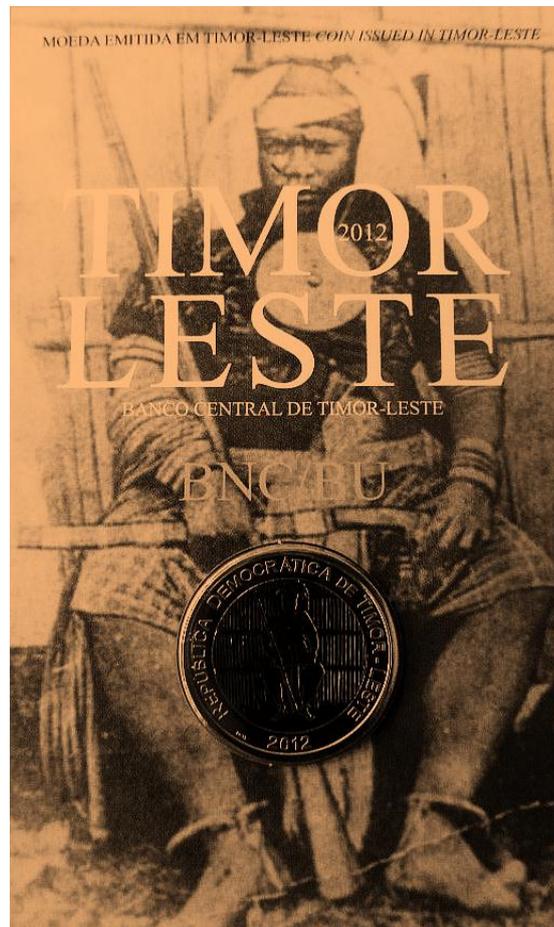


Conclusão

A evolução da economia internacional na segunda metade de 2011 e em 2012 mostrou-se algo “decepcionante”, com a taxa de crescimento da produção a baixar em 2012 face a 2011 devido aos efeitos sobre a economia real dos esforços de vários países, particularmente da zona euro, para controlarem os seus défices das contas públicas.

Por outro lado, sabe-se que as autoridades americanas vão continuar a praticar uma política de baixa taxa de juro (negativa se descontarmos a taxa de inflação) para os *Fed Funds*, o que tem interesse para a rendibilidade do Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

Taxas de inflação de cerca de 2% na Austrália e de 4,5-5% na Indonésia são uma boa notícia para Timor-Leste pois reduzem a pressão externa sobre a inflação nacional. Uma valorização do USD face à rupia indonésia e alguma “estabilidade na instabilidade” da taxa de câmbio do dólar australiano são boas notícias para o controlo da inflação nacional, principal objectivo da actividade do Banco Central de Timor-Leste mesmo que para isso disponha de instrumentos limitados. Neste sentido e de forma a garantir uma maior competitividade externa da economia nacional, seria interessante que a política económica do nosso país fosse orientada no sentido de uma programada aproximação, num horizonte de 2-3 anos, da nossa taxa de inflação com a da Indonésia.



Não estando criada a moeda nacional e tornando-se necessário encontrar uma alternativa satisfatória às notas de 1 dólar devido ao seu rápido desgaste e curta vida em boas condições de conservação, o Banco Central de Timor-Leste decidiu colocar em circulação uma moeda (bimetalica) de 100 (cem) centavos reproduzindo a figura de Dom Boaventura de Manufahi, associando-se assim às comemorações do centenário da “Revolta de Manufahi”

2 - Evolução recente da economia nacional

Produção

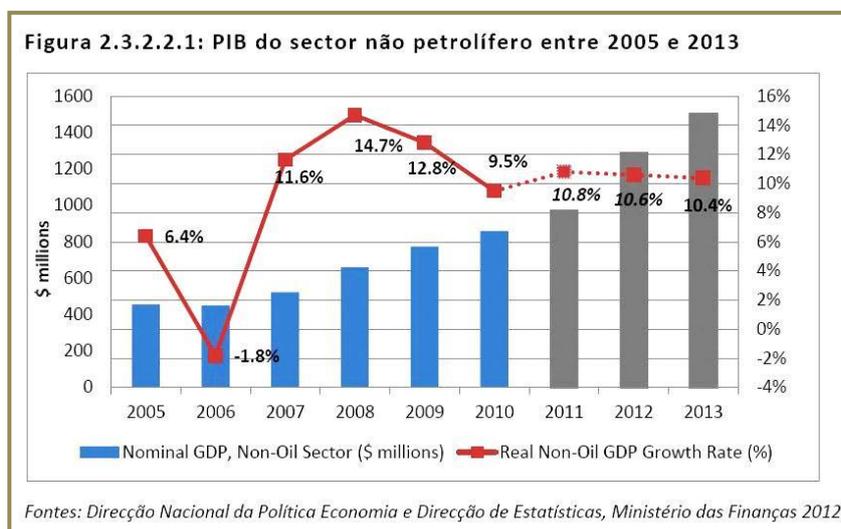
Em Maio de 2012 a Direcção Nacional de Estatísticas do Ministério das Finanças publicou as Contas Nacionais para o período de 2004 a 2010. Contrariamente ao que era mais usual até então, a designação de “PIB-Produto Interno Bruto” passou a integrar os dados da economia petrolífera de Timor-Leste. Dada a instabilidade do valor desta derivada da instabilidade do valor do petróleo e do gás natural no mercado internacional, o valor do PIB (petrolífero) passou, também ele, a acusar

alguma instabilidade já que, por exemplo, em 2010 o sector petrolífero representou quase 80% do total do PIB, influenciando decisivamente esta último e a sua evolução anual.

Como o preço do petróleo atingiu um máximo histórico, nos anos recentes, em 2008, o nosso PIB naquele ano foi, também ele, histórico, com um valor de cerca de 4500 milhões de USD. Em contrapartida, o valor do PIB não-petrolífero naquele ano situou-se um pouco acima dos 600 milhões de dólares. O PIB total (petrolífero + não petrolífero) foi então cerca de 7,5 vezes o do PIB não petrolífero.

A baixa dos preços dos produtos petrolíferos e a anunciada redução das quantidades produzidas destes em Bayu-Undan fazem antever que no futuro se venha a verificar uma gradual redução do PIB total.

É por isso que, ainda que respeitemos as decisões baseadas em critérios de metodologia das Contas Nacionais que levaram à incorporação do sector petrolífero no conceito de PIB (total), consideramos que a realidade económica do país e sua evolução são melhor descritas pelo uso dos valores do PIB não-petrolífero.



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2013, livro 1, pg 20 de 63

Como se pode verificar no gráfico acima, prevê-se que em 2012 o produto tenha crescido um pouco menos que no anterior (10,6% contra 10,8%).

Note-se que estas estimativas estão ligeiramente acima das divulgadas pelo Banco Mundial, que prevêem para 2011 um crescimento de 10,6% (em vez dos 10,8% previsto no OGE2013 pelo Governo) e de 10% em 2012. As diferenças nas estimativas não são muito relevantes, nomeadamente a relativa a 2012 já que o valor previsto parece ser mais o resultado da transposição para as estatísticas das intenções do Governo de atingir um crescimento a dois dígitos do que de correctas estimativas da evolução das Contas Nacionais do país.

Timor-Leste: Key Indicators				
	2010	2011	2012f	2013f
	Year	Year	Year	Year
Output, Employment and Prices				
Real non-oil GDP (% change y-y)	9,5	10,6	10,0	10,0
Consumer price index (% change y-y, annual average)	6,8	13,1	8,0	8,0

Fonte: Banco Mundial East Asia and Pacific Economic Update, Dezembro 2012

Porém, os dados divulgados no Livro 1 do OGE2013 sobre a taxa de execução de projectos a financiar pelo Fundo de Infra-estruturas (cerca de 40%) — taxa essa que se reduz a 24% se retirarmos os valores do investimento previsto e o efectuado no plano energético — podem ter influenciado o valor global do PIB não petrolífero, aproximando mais as estimativas do Governo e do Banco Mundial para valores próximos dos sugeridos por este último.

Preços; Inflação

Em qualquer país o objectivo central da actividade do respectivo banco central é alcançar uma relativa estabilidade dos preços. Esta não corresponde a uma taxa de 0% mas sim a um valor que não afecte negativamente nem o comportamento “normal” dos agentes económicos nem um aspecto tão importante como a repartição da riqueza entre os grupos sociais do país. Nas economias mais avançadas, com taxas de crescimento da produção que normalmente não andam longe dos cerca de 3-3,5% (ou menos nos períodos, como o actual, considerados de crise económica), uma taxa de inflação de cerca de 2%-2,5% é considerada razoável e aceite como meta para a política económica. Nas economias emergentes, com taxas de crescimento da produção normalmente mais elevadas — cerca de 6-7% — são aceitáveis taxas de inflação um pouco maiores, na zona dos 4-5%.

A taxa de inflação entre nós tem sido medida pelo Índice de Preços no Consumidor com Dezembro 2001 =100. Este período-base está nitidamente ultrapassado (alterações à base devem ocorrer com um máximo de diferença de cerca de 5 anos para captarem eventuais mudanças do padrão de consumo e, com ele, do cabaz de compras utilizado para cálculo da variação dos preços) e louvam-se os esforços da Direcção Nacional de Estatística de o actualizar com base nos dados de um inquérito ao consumo realizado em 2011.

Com a publicação desses dados e sua comparação com os dados anteriores será possível ter uma ideia mais correcta do real desfasamento entre a taxa de inflação medida com base no índice de 2001 e a taxa efectivamente registada actualmente.

Para o biénio 2011-2012 os valores das taxas de inflação homóloga e média podem ser vistos no quadro abaixo.

Índice de Preços no Consumidor, 2011 - 2012														
Mês	Dez -01	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media dos IPC
2011														
IPC		164.7	170.8	176.1	176.0	176.2	176.9	177.2	177.6	179.3	181.0	184.3	191.2	177.6
Taxa mensal		1.1	3.7	3.1	-0.1	0.1	0.4	0.2	0.2	1.0	0.9	1.8	3.8	
Taxa homóloga		8.3	11.1	14.1	13.7	13.5	13.7	13.2	13.1	13.8	14.4	15.5	17.4	
taxa acumulada desde o início do ano		1.1	4.8	7.9	7.8	7.9	8.3	8.5	8.7	9.7	10.6	12.4	16.2	
														taxa média
														13.5
2012														
IPC		193.8	192.4	193.8	195.4	195.9	196.3	196.8	197.6	199.7	201.8	205.7	213.6	198.6
Taxa mensal		1.4	-0.7	0.7	0.8	0.3	0.2	0.3	0.4	1.1	1.1	1.9	3.8	
Taxa homóloga		17.7	12.6	10.1	11.0	11.2	11.0	11.1	11.3	11.4	11.5	11.6	11.7	
taxa acumulada desde o início do ano		1.4	0.7	1.4	2.2	2.5	2.7	3.0	3.4	4.5	5.6	7.5	11.3	
														taxa média
														11.8

Note-se que a taxa homóloga de Dezembro/12 é de 11,7%, exactamente o valor estimado pelo Governo tal como consta do Livro 1 do OGE2013 (Tabela 2.3.3.1 da pág 24) e pelo Banco Central. A taxa correspondente de Dezembro do ano anterior tinha sido de 17,4% pelo que se verificou uma queda significativa da taxa homóloga.

Esta quebra é muito menos nítida na evolução da taxa média anual — cuja utilização é mais correcta por envolver as médias do índice de preços de dois anos e não apenas o valor deste em dois meses — já que ela terá passado dos cerca de 13,5% em 2011 para os 11,8% de 2012.

Trata-se, em qualquer dos casos e apesar da descida da taxa homóloga e da própria taxa média anual, de taxas demasiado elevadas que têm efeitos muito negativos sobre o poder de compra dos cidadãos, principalmente dos que têm um rendimento fixo, como é o caso dos assalariados e dos que recebem pensões. Se se utilizar como deflator do rendimento não a taxa média anual global mas sim, por exemplo, a dos “cereais, raízes e seus produtos”, que inclui 13,1% do cabaz de compras do IPC e que é onde os mais pobres gastam uma parte mais significativa do seu rendimento, a degradação do poder de compra é anda maior. Isto é: previsivelmente os mais pobres entre os pobres são os que defrontam uma taxa de inflação mais elevada e que, por isso, perdem um maior poder de compra.

Há, portanto, que determinar quais as principais causas da inflação em Timor-Leste e pensar em possíveis metas (mais baixas) para ela bem como políticas para a trazer para valores mais “normais” numa economia com o dinamismo de Timor-Leste.

Quanto a este aspecto (o nível de inflação que deveria ser fixado como meta pelos decisores de política económica), uma “thumb rule” poderá ser tentar, numa primeira fase, fazer aproximar a nossa taxa de inflação da do nosso principal parceiro comercial, neste caso a Indonésia. Recorde-se que esta teve em 2012 e espera manter em 2013, uma taxa de inflação de 4,5%±1% (isto é, uma taxa de inflação no intervalo 3,5%-5,5% com ponto médio nos 4,5%).

Claro que alcançar aquela meta não será possível num único ano (2013) mas poderá (deverá...) ser possível estabelecer uma política económica que conduza a ela num período de 2-3 anos.

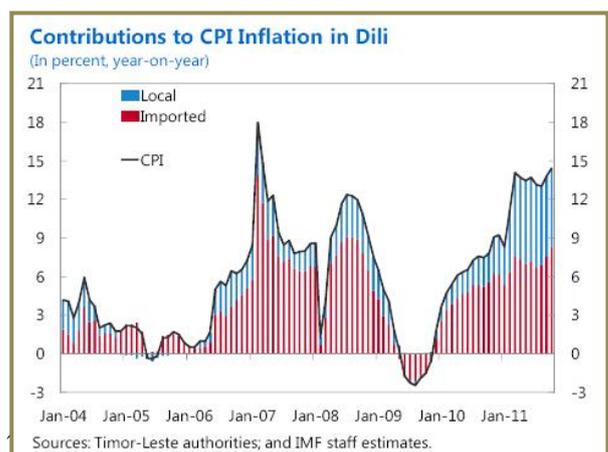
Isto leva-nos a outro ponto: o da determinação das causas da actual pressão sobre os preços para, a partir delas, se estabelecer uma política económica que reduza tal pressão.

Num documento de análise da evolução da economia nacional elaborado pelo BCTL aquando da comemoração do primeiro aniversário do Banco (Setembro de 2012) diz-se a certa altura (desculpe-se a longa citação de um documento nosso que, cremos, continua actual):

“De facto, se olharmos para a evolução dos preços que entram na composição do cabaz de compras utilizado para cálculo do Índice de Preços no Consumidor, verificamos que, na medida em que a discriminação da origem dos produtos entre “nacionais” e “importados” é possível, parece serem os primeiros os que mais crescem. É o caso do grupo dos produtos alimentares, que com excepção do arroz importado, são maioritariamente “nacionais”.

Note-se que a esta mesma conclusão chega o FMI no seu último relatório publicado e elaborado ao abrigo do Artº 4º dos seus Estatutos e que é representado pelo gráfico seguinte (vd gráfico à direita).

Como se pode verificar, a área representada pela inflação (taxa homóloga) “local”/nacional é



agora (2011) muito maior que anteriormente, quase igualando a “importada”, muito influenciada pelo preço da energia e das matérias-primas.”

A principal conclusão que retiramos da análise das causas da inflação é a de que, ainda que os factores externos (variação dos preços internacionais, nomeadamente da energia, variação da taxa de câmbio do USD face a outras moedas) sejam importantes na determinação da taxa de inflação numa economia tão aberta como a nossa, desde há algum tempo a esta parte parece ser um excesso de pressão da procura (nomeadamente para consumo mas não só) sobre a oferta de bens não transaccionáveis (produzidos internamente e não exportáveis como são os vegetais, frutas, etc) que mais influencia a recente (nos últimos 2 anos) evolução da inflação no nosso país. Esse excesso de procura tem um nome: excesso de despesa pública.

Assim sendo, uma política de controlo da inflação para a trazer para níveis mais baixos, aceitáveis, passa por uma melhor articulação da política orçamental com a política monetária possível num país sem moeda própria, articulação essa que deve passar, na prática, por uma redução da despesa pública. A decisão de reduzir o total dos gastos públicos orçamentados para 2013 relativamente ao de 2012 é um primeiro passo nessa direcção pois significa, se deflacionarmos esses gastos com a taxa média anual de inflação de 2012, um montante efectivo de menos 12%-15% na despesa pública.

Quando pudermos dispor dos resultados completos das contas públicas (gastos efectivos) de 2012 — particularmente a taxa de execução das despesas correntes e das despesas de capital — será possível dizer mais sobre o assunto pois o relevante são as despesas efectivamente realizadas e não as orçamentadas. Segundo indicações divulgadas durante o debate sobre o OGE de 2013 as despesas totais do Estado terão sido apenas cerca de 2/3 (66%) do orçamentado, com uma taxa de execução das despesas em infra-estruturas ligeiramente inferior a 50%.

Para já refira-se que no Orçamento para 2013 o Governo prevê que a taxa de inflação venha a ser de 7,6%, cerca de 4 pontos percentuais abaixo da actual. É meta que se enquadra nas estimativas de evolução da inflação efectuadas no Banco Central embora este admita que a taxa se poderá “encostar” ao limite superior de um intervalo [7%-9%].

Note-se que a prevista redução da taxa de inflação pode ser mais o resultado de um abrandamento (natural) do ritmo de crescimento de preços já de si altos e com pouca margem para subirem mais — nomeadamente num contexto de alguma redução da procura por “internacionais” — do que o resultado de uma política económica deliberada, nomeadamente de redução dos gastos públicos. De facto e por exemplo, se um preço varia de 1 USD para 1,50 USD, a variação é de +50% mas se variar de 2 USD para 2,5 USD a taxa de variação reduz-se para 25%. A descida da taxa de inflação pode, assim, ser principalmente o resultado de estarmos a trabalhar agora com “grandes números”...

Especialmente importante para a determinação da taxa de inflação é a evolução dos valores efectivamente gastos nas rubricas das despesas (re)correntes (salários e vencimentos, bens e serviços e transferências públicas). Ora, apesar de o valor global do OGE ter diminuído (-)8,5%, o conjunto destas despesas aumentará, segundo o OGE13, de 11%, uma queda significativa relativamente aos 46,6% de 2012 face a 2011.

O aumento do valor global dos salários a pagar (+16%) deve-se a melhorias salariais de algumas categorias profissionais e não a um aumento generalizado dos salários numa óptica de “correção monetária” para compensar a perda do poder de compra devida às altas taxas de inflação que se têm verificados nos últimos anos. De facto, se considerarmos a taxa de inflação média anual de 11,8% em 2012, isto significa que o poder de compra dos funcionários públicos (e dos restantes profissionais que não verão aumentados os seus salários ou vencimentos) vai baixar, o que contribuirá para algum “arrefecimento” da procura para consumo e, por isso, menor pressão para subida dos preços (= menor taxa de inflação).

Um alerta final relativamente à taxa de inflação e à política para a controlar: a redução dos gastos públicos em 2013 louvada acima resulta principalmente de uma “anulação” do efeito do aumento das despesas recorrentes por uma descida das despesas ao abrigo do Fundo de Infra-estruturas resultado principalmente da diminuição dos gastos necessários com a electrificação do país por o essencial das “grandes obras” que lhe estavam associadas se aproximar do fim.

Por exemplo, a despesa com a rubrica “electricidade” vai baixar 40% entre o executado de 2012 e o orçamentado para 2013 (de cerca de 290 para cerca de 124 milhões de USD). Assim, a redução do valor do OGE é, aparentemente, mais o resultado da conclusão de obras de grande dimensão — e, admite-se, do resultado das negociações que possibilitaram a aprovação por unanimidade do OGE2013 — que de uma política deliberada de controlo da inflação.

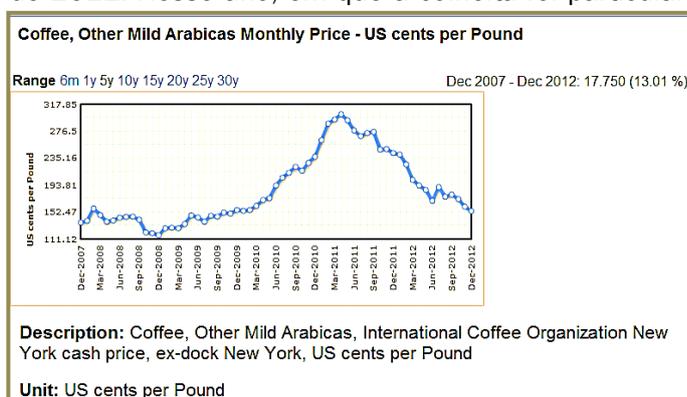
Note-se que se a taxa de execução do OGE13 se situar nos cerca de 85% (ainda assim uma taxa baixa de execução), os gastos públicos totais efectivos rondarão os 1400 milhões de USD, o que representa mais 16% do que o gasto efectivo de 1200 milhões em 2012.

Comércio Internacional

Exportações

Como já salientado noutras ocasiões, as exportações registadas pelos serviços estatísticos são quase exclusivamente de café e este tem um ciclo de apanha-tratamento-exportação muito “datado” no tempo, concentrando-se essencialmente a exportação no segundo semestre de cada ano.

A exportação total em 2012 foi de cerca de 19 milhões de USD, um aumento significativo face aos 12 milhões de 2011. Nesse ano, em que a colheita foi particularmente má, registou-se uma queda de 25% das receitas relativamente a 2010, quando foi de 16 milhões de USD.



Facto curioso e a merecer alguma reflexão, segundo os dados estatísticos

disponíveis sobre as exportações de café, o preço médio do kg de café exportado foi, ao longo dos anos, o seguinte em USD:

Preço médio do kg de café exportado por Timor-Leste (USD/kg)	
2008	0,60
2009	0,83
2010	0,62
2011	0,54
2012	0,63

Note-se que o ano com preço mais baixo foi o de 2011, numa altura em que os preços internacionais estavam muito mais altos que o habitual. Isto pode ser devido a vários factores entre os quais a fraca qualidade da produção nacional ou erros de recolha da informação estatística.

Quanto às quantidades exportadas nos últimos anos elas foram as seguintes de acordo com as estatísticas do nosso comércio internacional (toneladas):

2008	2009	2010	2011	2012
21.042	9.942	25.671	22.203	33.775

Notem-se a péssima colheita de 2009 e a boa colheita de 2012, que possibilitou que se atingissem os 19 milhões de dólares como total da exportação de 2012.

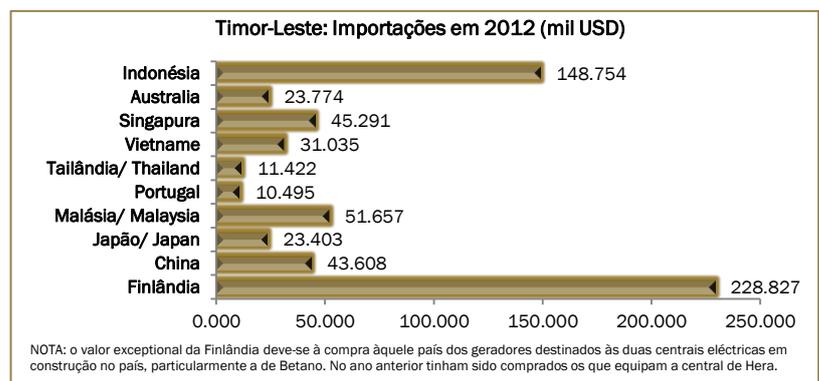
Registe-se, finalmente, que em 2012 foram, para além do café, exportados e registados nas estatísticas de comércio internacional (Junho 2012) bens no valor global de cerca de 11 milhões de USD correspondentes a sucata e outros materiais semelhantes.

Importações

A análise das importações nos últimos anos em Timor-Leste é particularmente difícil porque elas foram muito influenciadas por acontecimentos pontuais como são a construção de duas importantes obras públicas: as centrais eléctricas de Hera e de Betano. Essas obras alteraram significativamente os valores das importações totais, por países de origem e por tipo de produtos importados. Assim, o total das importações nos últimos quatro anos de acordo com as estatísticas sobre comércio internacional preparadas pela Direcção Nacional de Estatísticas foi o seguinte:

	2009	2010	2011	2012
Total das importações em milhões de USD	282,6	263,6	318,7	661,1

A característica excepcional das importações totais em 2012 repercute-se também nos países de origem e no tipo de produtos. Quanto aos primeiros, a



tradicionalmente mais importante Indonésia (131 milhões em 2012, 98 em 2011 e 96 em 2010) foi ultrapassada pela Finlândia, com quem quase não temos relações económicas, pelo facto de ser esse o país de origem dos geradores (e outro material) instalados nas duas centrais eléctricas referidas.

O valor da rubrica 85 da pauta aduaneira (Máquinas e equipamentos eléctricos e suas partes” atingiu em 2012 o valor de 244,2 milhões de USD, muito próximo do valor das importações provenientes da Finlândia acima referidos. Note-se que nos anos anteriores a importação deste tipo de produtos tinha sido de 99 milhões em 2011 (com o processo de electrificação do país já em curso) e de apenas 23 milhões em 2010.

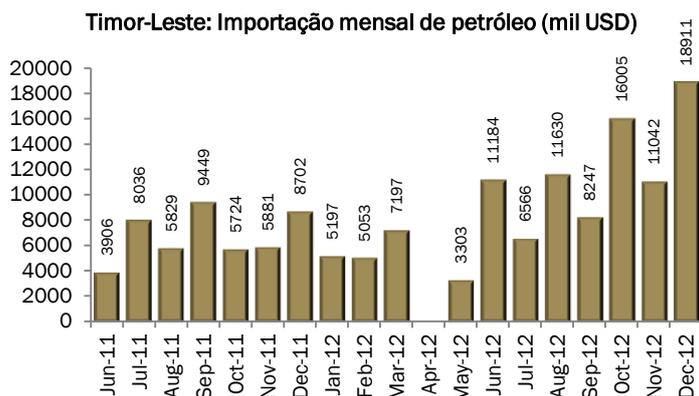
Se aos valores totais das importações por países e por tipo de produtos retirarmos os valores relativos à Finlândia e aos equipamentos eléctricos que dela têm vindo, obtemos os seguintes resultados:

Timor-Leste: importações por países nos anos mais recentes (excepto Finlândia) (milhões USD)			
	2010	2011*	2012**
Total com Finlândia (por memória)	264	319	661
TOTAL	263 (100%)	250 (100%)	432 (100%)
Indonésia	96 (37%)	98 (39%)	149 (35%)
Singapura	49 (19%)	21 (8%)	45 (10%)
Austrália	36 (14%)	15 (6%)	24 (6%)
China	22 (8%)	60 (24%)	44 (10%)
Vietname	14 (5%)	7 (3%)	31 (7%)

NOTA importante: por deficiência do sistema de registo de dados do comércio internacional durante os primeiros cinco meses de 2011, os valores que aqui constam para este ano estão muito subavaliados. Por exemplo, as importações dos cinco primeiros meses de 2010 terão sido de 115 milhões USD enquanto em 2011 só aparecem registados 10 milhões.

Timor-Leste: importações por tipo de produtos nos anos mais recentes (excepto classe 85-Máquinas eléctricas, etc) (milhões USD)			
	2010	2011	2012
Total com máquinas eléctricas (por memória) *	288,7	334,6	667,8
Máquinas eléctricas (85)	23,4	99,4	244,2
TOTAL (sem classe 85-máq eléct.)	265,3	235,2	423,6
Cereais (10)	14,1	9,2	31,1
Petróleo (27)	41,1	47,7	104,3
Artigos de ferro e aço (73)	11,1	23,5	35,2
Máquinas mecânicas (84)	23,7	20,7	27,8
Veículos (87)	55,3	33,7	53,4

Notas: 1 - o número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira;
2 - por deficiência do sistema de registo de dados do comércio internacional durante os primeiros cinco meses de 2011, os valores que aqui constam para este ano estão muito subavaliados. Por exemplo, as importações dos cinco primeiros meses de 2010 terão sido de 115 milhões USD enquanto em 2011 só aparecem registados 10 milhões.



No quadro acima repare-se particularmente na quase duplicação das importações de petróleo, também ela justificada com a entrada em funcionamento da central eléctrica de Hera, grande consumidora de óleo pesado.

A construção e entrada em funcionamento da central eléctrica de Hera e das linhas de alta tensão que se espalham por todo o país

são ainda a causa do grande aumento da importação de artigos de ferro e aço (classe 73). O mesmo se passa com o grande aumento da construção civil (incluindo outras infraestruturas e edifícios) um pouco por todo o país. A importação total deste tipo de produtos passou dos 5 milhões de USD de 2009 para os 11,1 e 23,5 de 2010 e 2011 e os 33 milhões de 2012.

Finalmente e ainda sobre as importações permitiê-nos que recorramos mais uma vez a uma (longa) citação sobre o trabalho do Banco Central em que se analisa a evolução da economia de Timor-Leste durante o primeiro ano de vida do Banco. Nele se salienta a certa altura a grande dependência do país e das suas Contas Nacionais relativamente às importações e a necessidade de, atempadamente, ir preparando a nossa economia para o período “pós-petróleo”:

“Esta é a evolução das importações no último ano. Mas talvez mais importante do que isto é colocar as importações no contexto das contas nacionais. Estas representaram 141% na média dos anos 2008-10 — os últimos para os quais há dados oficiais sobre aquelas contas —, o que diz bem da enorme dependência do país das importações que efectua.

Uma área de actuação da política económica de médio-longo prazos não poderá deixar de ser a redução desta dependência a qual é, afinal, um *byproduct* da dependência do país relativamente aos rendimentos petrolíferos pois parece (é...) que é mais fácil importar do que produzir internamente.

Mas não esqueçamos que qualquer que fosse a situação, o esforço de desenvolvimento acelerado do país resultaria sempre numa grande dependência das importações — nomeadamente porque há dinheiro para as pagar...”

Mas o futuro prepara-se agora.

Balança de Pagamentos

No quadro abaixo apresenta-se as balanças de pagamentos de Timor-Leste para os últimos três anos tal como calculadas pelo Banco Central do nosso país. Vejamos primeiro, no quadro abaixo, alguns aspectos da chamada Balança de Transacções Correntes (*Current Account*).

BALANÇA DE PAGAMENTO- TIMOR LESTE				
(Em milhões de Dollar Americano)				
Fonte / Source: Banco Central de Timor-Leste				
	2009/R	2010/R	2011/R	2012/R
Balança corrente excluindo Outros renda primária	(376)	(432)	(888)	(891)
I. Balança corrente	1,284	1,678	2,352	2,668
A. Bens e Serviços	(1,097)	(1,241)	(1,758)	(1,637)
1. Bens, fob	(323)	(280)	(373)	(638)
Crédito, fob	15	27	29	33
Débito, fob	(338)	(307)	(402)	(672)
2. Serviços	(774)	(961)	(1,385)	(998)
Crédito	52	75	79	69
Transportes	1	1	1	1
Viagens e turismo	16	31	24	21
Outros serviços, incluindo serviços governamentais	35	43	54	47
Débito	(826)	(1,036)	(1,464)	(1,068)
Transportes	(39)	(42)	(47)	(76)
Viagens e turismo	(58)	(52)	(49)	(68)
Outros serviços, incluindo serviços governamentais	(728)	(942)	(1,368)	(924)
B. Rendimentos	1,930	2,435	3,577	3,873
1. Rendimento de trabalho	105	124	118	96
Crédito	107	125	120	97
Débito	(1)	(2)	(1)	(1)
2. Rendimentos de Investimento	164	201	219	218
Crédito	180	207	227	226
Débito	(16)	(6)	(8)	(8)
3. Outro renda primária (rendimento do JPDA), crédito1/	1,660	2,110	3,240	3,559
C. Transferências correntes	451	484	533	432
Crédito	536	586	636	538
Débito	(84)	(102)	(103)	(106)
II. Balança de capital e de Financeira, excluindo Reservas	(1,245)	(1,505)	(2,249)	(2,242)
A. Balança de capital	27	31	26	23
B. Balança financeira	(1,273)	(1,536)	(2,275)	(2,265)
1. Investimento Directo	50	3	80	6
1.1 Investimento de Timor-Leste no exterior	-	(26)	33	(13)
1.2 Investimento do exterior em Timor Leste	50	29	47	18
2. Investimento de carteira	(1,325)	(1,482)	(2,401)	(2,276)
2.1 Activos 2/	(1,325)	(1,509)	(2,407)	(2,282)
2.2 Passivos	-	27	6	6
3. Outro Investimento	3	(56)	46	5
3.1 Activos 2	8	(61)	(13)	(3)
3.2 Passivos	(6)	4	59	8
III. Resultado Global (I+II)	39	173	103	426
IV. Erros e omissões	1	(17)	(48)	(4)
V. Equilíbrio global (III+IV)	39	156	55	422
VI. Variação na Res. Internacional Líq. do BM (aum = -)	(39)	(156)	(55)	(422)
Por memória				
a) Posição dos Activos de reserva 4/	250	406	462	884
b) variação de activos reservas+ investimento líquido em ativos financeiros do Fundo de Riqueza Soberana (Fundo Petrolífero)	1,365	1,665	2,462	2,704
c) Posição do Fundo de Riqueza Soberana (Fundo Petrolífero)	5,377	6,904	9,310	11,775

As balanças de pagamentos registam, no essencial, as entradas e saídas de dinheiro do país em benefício de ou pagas por sujeitos (individuais ou colectivos) nele residentes.

Não sendo possível aqui uma análise exaustiva das várias rubricas da balança, chame-se apenas a atenção para alguns valores (de 2012), alguns deles eventualmente menos esperados.

Um deles é o de que o valor das importações de serviços, nomeadamente pelo Estado, é muito maior que o dos de bens.

Outro aspecto é o de que o valor total das exportações (bens e serviços) não ultrapassa os 110 milhões de USD e o das importações (de bens e serviços) foi de 1739 milhões. A taxa de cobertura das segundas pelas primeiras é, pois, muitíssimo baixa. Não fora as receitas petrolíferas e esta situação era absolutamente insustentável.

Refira-se ainda que a principal componente da balança de rendimentos é a dos pagamentos recebidos com origem na exploração petrolífera do Mar de Timor: 9000 milhões nos três anos para os quais se apresentam as balanças.

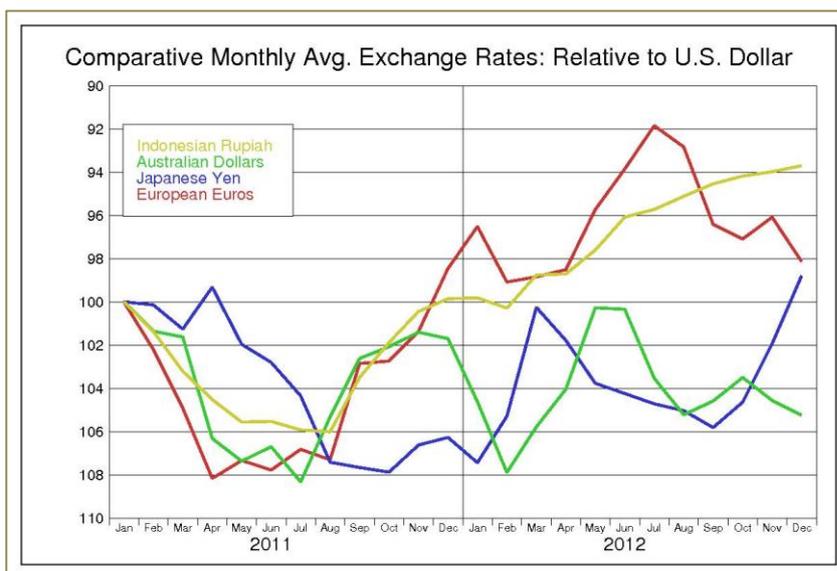
Quanto à balança de capitais e financeira, é de realçar a importância desta última face à primeira, sobressaindo as aplicações em carteiras de títulos (pelo Fundo Petrolífero).

O saldo de uma balança de pagamentos, como de qualquer balanço como ela, é teoricamente nulo devido às operações de tesouraria para o assegurar. O que interessa é o saldo global. No caso de Timor-Leste os saldos nos três anos foram positivos, permitindo aumentar as reservas do país.

Taxas de câmbio

No gráfico abaixo retrata-se a evolução das taxas de câmbio do USD, a moeda corrente utilizada pelo nosso país desde que a UNTAET decidiu nesse sentido no início de 2000, face a algumas das principais moedas das suas relações económicas internacionais, no caso a rupia indonésia (IDR) (cerca de 1/3 das nossas importações de bens provêm deste país bem como muitos dos serviços que compramos ao exterior), o Euro (EUR), moeda usada por vários países europeus nossos parceiros comerciais, o dólar australiano (AUD) e o iene japonês (JPY), em que está titulado o nosso primeiro empréstimo internacional para a reconstrução da estrada Dili-Baucau e que, também por isso, é importante acompanhar por causa da gestão da nossa dívida externa.

Como se pode verificar, a rupia indonésia tem-se desvalorizado em relação ao dólar americano desde meados de 2011. Entre o primeiro dia de cotação em 2012 e o último, a desvalorização da IDR foi de cerca de 6,7%, tendo sido a desvalorização entre os pontos máximo e mínimo de 8%. Esta é uma boa notícia para o nosso país pois com uma rupia mais fraca os produtos que importamos daquele país ficam mais baratos, ajudando a controlar a inflação entre nós. Note-se, porém, que a taxa de desvalorização referida é pouco maior que a taxa de inflação naquele país, tornando a taxa real de desvalorização muito reduzida, sendo quase neutra e sem grande influência concreta nos preços no nosso país.

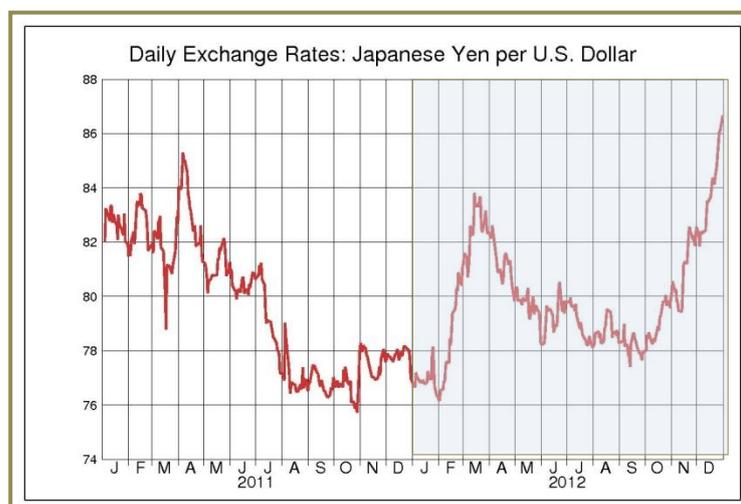


© 2012 by Prof. Werner Antweiler, University of British Columbia, Vancouver BC, Canada
 Subidas das curvas correspondem a apreciações do USD face à respectiva moeda.

O Euro desvalorizou-se de forma apreciável entre meados de 2011 e meados de 2012 mas se considerarmos o período dos 12 meses de 2012 verificamos que a taxa no início do período foi semelhante à do fim de 2012, tendo durante o ano desvalorizado, primeiro, e apreciado, depois. A média das cotações de Janeiro/12 foi de 1,288 USD por EUR e a de Dezembro passado foi de 1,311, o que traduz uma desvalorização, entre o início e o fim do período, de menos de 2%. A média de Julho, quando a depreciação do USD face ao Euro atingiu o máximo, aquela taxa foi de 1,230 USD por Euro.

O dólar australiano (AUD) tem tido, face ao USD, um comportamento algo instável, como já tinha tido em 2011. Porém, o ciclo das taxas de câmbio entre as duas moedas foi em 2012 quase o inverso do do ano anterior, conhecendo o USD uma apreciação, primeiro, e na segunda metade do ano, uma desvalorização.

Finalmente, a taxa de câmbio do iene japonês mostrou também um comportamento oscilante ao longo do ano mas acabando 2012 com uma taxa de câmbio mais favorável ao USD que no início do ano. Se o empréstimo japonês estivesse já em acção, isto teria significado que Timor-Leste teria de mobilizar menos dólares para cumprir com as suas obrigações financeiras contratuais.



Finanças Públicas

Em 2012 e em resultado da necessidade de adaptar o OGE originalmente aprovado para o ano fiscal à estrutura do novo Governo saí das eleições legislativas então efectuadas, houve a necessidade de fazer aprovar um Orçamento Suplementar. Este, no entanto, em pouco alterou o valor global das receitas e das despesas previstas.

Já salientámos noutros relatórios que uma das características dominantes das despesas públicas de Timor-Leste desde 2008 até 2012 é o seu (muito) rápido crescimento, particularmente nos anos fiscais de 2011 e 2012 — aquele que é aqui o nosso principal objecto de análise.

Despesas Públicas					
Anos	2008 (Gasto)	2009 (gasto)	2010 (gasto)	2011 (gasto)	2012 (OGE aprovado pelo PN)
Valor (milhões de USD)	480	605	758	1096	1806
variação		+26%	+25%	+45%	65%

Para a nossa análise, porém, é importante ter informação não só sobre as receitas e despesas orçamentadas como também sobre as receitas efectivamente cobradas e as despesas realmente pagas.

Essa informação relativamente ao ano completo não está ainda disponível e deve demorar algum tempo até que o esteja. Os únicos dados disponíveis até ao momento da elaboração deste relatório são os relativos ao terceiro trimestre de 2012 e constam do quadro abaixo retirado do relatório de execução orçamental do período bem como um quadro sobre a execução do Fundo de infra-estruturas constante do Orçamento de 2013.

Da “Tabela 3” abaixo constam as verbas orçamentadas e as verbas pagas efectivamente bem como a percentagem de execução das rubricas no final do terceiro trimestre de 2012 e de 2011.

O ciclo de cobrança das receitas não é necessariamente uniforme ao longo do ano e por isso não é especialmente significativo que algumas rubricas tenham taxas de execução mais baixas que a regra dos 75% a $\frac{3}{4}$ do ano. Note-se que quanto às receitas a execução no fim do 3º Trimestre foi melhor em 2012 que em 2011 graças à maior cobrança de receitas não fiscais (65% contra 49% em 2011).

As “receitas de capital a partir do Fundo Petrolífero” — i.e., as transferências feitas deste para a conta do Estado — estavam no final do terceiro trimestre 9 pontos percentuais acima do valor do ano anterior (61% contra 52%) mas isto é pouco significativo pois se trata de uma decisão com forte componente meramente administrativa.

Tabela 3					
	Estimativas Orçamentais Originais	Estimativas Orçamentais Actuais	Dinheiro Concreto	% de Dinheiro Concreto para o Orçamento Actual do 3.º T de 2012	% de Dinheiro Concreto para o Orçamento Actual do 3.º T de 2011
	(Milhares de dólares)	(Milhares de dólares)	(Milhares de dólares)		
RECEITAS					
1. <i>Receitas Domésticas (2+3)</i>	136.080	136.080	97.263	71%	65%
2. <i>Receitas Fiscais</i>	95.060	95.060	70.688	74%	77%
3. <i>Receitas Não Fiscais</i>	41.020	41.020	26.575	65%	49%
4. <i>Receitas de Capital a partir do Fundo Petrolífero</i>	1.494.900	1.494.900	908.000	61%	52%
5. <i>Total de Receitas do Orçamento do Estado (1+4)</i>	1.630.980	1.630.980	1.005.263	62%	53%
DESPESAS					
6. <i>Despesas Recorrentes (7+8+9)</i>	715.918	700.459	456.418	65%	55%
7. <i>Salários e Vencimentos</i>	140.071	141.097	87.700	62%	63%
8. <i>Bens e Serviços</i>	376.267	361.135	225.416	62%	54%
9. <i>Transferências</i>	199.580	198.227	143.302	72%	52%
10. <i>Capital Menor</i>	42.917	48.725	19.123	39%	23%
11. <i>Capital e Desenvolvimento</i>	915.295	1.049.818	325.773	31%	54%
12. <i>Total Recorrentes + Despesas de Capital (6+10+11)</i>	1.674.130	1.799.002	801.315	45%	54%
EXCEDENTE / DÉFICE					
13. <i>Excedente / (Défice) Recorrente (1-6)</i>				64%	52%
14. <i>Excedente / (Défice) Fiscal Não Petrolífero (1-12)</i>	(579.838)	(564.379)	(359.155)		52%
15. <i>Défice Fiscal Não Petrolífero financiado através de:</i>	(1.538.050)	(1.662.922)	(704.052)	42%	
a. <i>Receitas de Capital do Fundo Petrolífero</i>	1.494.900	1.494.900	908.000	61%	52%
b. <i>Levantamentos a partir de Reservas de Dinheiro</i>	0	0	-203.948		55%
c. <i>Transporte</i>	0	124.872			
d. <i>Empréstimos Externos</i>	43.149	43.149	0	0%	

Fonte: Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre de 2012

Quanto às despesas, notem-se as diferenças significativas entre a percentagem de execução das despesas (re)correntes (65%, cerca de 2/3, quando “deveriam” tendencialmente ser de ¾) e a das despesas de capital de desenvolvimento (infra-estruturas, etc) (31% contra os potenciais 75% e os 54% no mesmo momento de 2011).

A taxa de execução global dos Orçamentos de 2011 e 2012 no final do terceiro trimestre de cada ano foi muito diferente em 2012 relativamente a 2011: neste ano tinha sido de 54% e em 2012 situava-se, a ¾ do ano, em menos de metade (45%).

Para o total do ano de 2012, informações disponibilizadas durante o debate do Orçamento de 2013 apontam para uma taxa global de 66% em boa parte resultado da fraca execução do Fundo de Infra-estruturas (49%) (Quadro 2.4.3.1).

Com base nele construímos o quadro abaixo que nos dá a informação do quadro original (colunas A-F) bem como as três colunas finais, nomeadamente uma sobre a taxa de execução por família de projectos de infra-estruturas:

A. Projecto de Infra-estruturas	B. Orçam. para 2012 após Transferências e Trânsito de Saldos	C. Concreto previsto para 2012	F. Orçamento final para 2013 (=D+E)	F2 Orçamento revisto pela comissão eventual	H. taxa de execução do FI/OGE2012	Variação da proposta inicial para a Comissão Eventual (milhões USD)	Taxa (%) de variação da proposta inicial para a Comissão Eventual
Agricultura e Pescas	9.2	3.5	10.0	8.0	38.0	-2.0	-20.5
Água e Saneamento	13.5	4.9	11.4	10.1	36.3	-1.3	-11.4
Desenvolvimento Urbano e Rural	7.1	0.0	7.6	6.6	0.0	-1.0	-13.5
Electricidade	301.8	291.8	173.9	123.7	96.7	-50.2	-28.9
Estradas	114.4	45.9	116.0	88.1	40.1	-27.9	-24.1
Pontes	31.1	17.3	20.3	18.3	55.6	-2.0	-9.9
Aeroportos	9.5	0.0	9.5	8.5	0.0	-1.0	-10.9
Portos	10.7	0.7	11.0	11.0	6.5	0.0	-0.2
Tecnologias de Informação	12.0	6.2	10.5	10.5	51.7	0.0	-0.1
Edifícios Públicos	49.9	13.0	49.0	40.7	26.1	-8.3	-17.0
Educação	11.3	1.4	12.4	9.1	12.4	-3.3	-26.3
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	117.5	14.0	88.0	46.3	11.9	-41.7	-47.4
Saúde	6.4	4.1	2.7	2.0	64.1	-0.7	-24.4
Segurança e Defesa	12.6	4.8	20.9	17.6	38.1	-3.3	-15.8
Solidariedade Social	1.9	1.6	1.7	1.7	84.2	0.0	-2.2
Projecto de Tasi Mane	123.0	21.6	139.4	139.4	17.6	0.0	0.0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	0.0	0.0	25.2	19.4		-5.8	-23.9
Programa de Empréstimos	43.1	0.0	43.6	43.6	0.0	0.0	0.0
Total das Infra-estruturas (por programa)	875.1	430.8	752.9	604.4	49.2	-148.5	-19.7

No quadro podemos realçar vários aspectos:

- A taxa global de execução do FI/OGE12 foi de 49,2%;
- A rubrica de execução mais elevada foi, como é natural dado o tipo de contrato em causa, a da electricidade (96,7%);
- Se aos valores globais do FI/OGE12 e “concreto previsto para 2012” retirarmos os valores do projecto de electricidade, o mais “desequilibrante” em qualquer dos casos, a taxa de execução global passa a ser de apenas 24,2% (139 milhões gastos num total orçamentado de 573 milhões de USD)
- Depois do projecto da Electricidade, os três projectos com maiores dotações orçamentais, no Orçamento apresentado pelo Governo foram, por ordem, os seguintes: “Tasi Mane” (123 milhões de USD), “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (117,5 milhões) e “Estradas” (114,4 milhões); estes projectos tiveram taxas de execução muito diferentes e qualificáveis como extremamente baixas (os dois primeiros): 17,6%, 11,9% e 40,1%, respectivamente;
- Os empréstimos já assinados (Japão e Banco Mundial para apoio à reconstrução de estradas) não passaram da sua fase inicial, de assinatura dos compromissos entre as partes sem desembolso de dinheiro, não tendo dado ainda origem a dívida pública por Timor-Leste;
- Há uma redução de 31% entre o valor global do Fundo de Infra-estruturas tal como proposto para 2013 relativamente ao de 2012. O principal responsável por esta quebra é o projecto de electrificação do país, cujo valor desceu de 302 para 124 milhões de USD (-60%) por se encontrar perto da sua conclusão — pelo menos no que diz respeito às duas centrais eléctricas nele previstas — e/ou se ter decidido abrandar o ritmo da electrificação do país.
- Se em vez de compararmos os dois orçamentos anuais (2012 e 2013) compararmos o executado previsto para 2012 (430 milhões de USD) com o OGE2013, o aumento é de cerca de 40%. Se colocarmos como hipótese de que a taxa de execução das infra-estruturas irá ser

de 85%, o valor a gastar será de cerca de 515 milhões, o que representa um aumento entre “executados” entre 2012 e 2013 de perto de 20%.

- Outra rubrica com importante redução do seu orçamento é a dos “Objectivos do Milénio”, em que a diminuição chega aos (-)60%.

No quadro abaixo, retirado do Livro 1 do OGE2013, podem ver-se informações sobre os orçamentos desde 2009 a 2013, incluindo, portanto, o de 2012.

	milhões de USD					estrutura, %				
	Concreto em 2009	Concreto em 2010	Concreto em 2011	Orçamento para 2012*	Orçamento para 2013**	Concreto em 2009	Concreto em 2010	Concreto em 2011	Orçamento para 2012*	Orçamento para 2013**
Total das Despesas por Categoria de Dotação	603,8	760,3	1095,9	1806,5	1797,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Recorrentes	394,2	506,1	507,8	757,3	858,5	65,3	66,6	46,3	41,9	47,8
Salários e Vencimentos	87,3	91,5	111,6	139,0	160,3	14,5	12,0	10,2	7,7	8,9
Bens e Serviços (incluindo FDCH)	212,8	245,9	253,5	384,6	461,7	35,2	32,3	23,1	21,3	25,7
Transferências Públicas	94,1	168,7	142,6	233,7	236,5	15,6	22,2	13,0	12,9	13,2
Capital	209,6	254,3	588,2	1049,1	939,0	34,7	33,4	53,7	58,1	52,2
Capital Menor	38,7	38,3	27,2	49,2	47,2	6,4	5,0	2,5	2,7	2,6
Capital e Desenvolvimento (incluindo todas as despesas com Infra-estruturas)	170,9	215,9	561,0	1000,0	891,9	28,3	28,4	51,2	55,4	49,6
Receitas Domésticas***	90,8	96,4	108,5	134,1	146,3	15,0	12,7	9,9	7,4	8,1
Saldo Fiscal Não Petrolífero	-513,0	-664,0	-987,4	-1672,4	-1651,2	-85,0	-87,3	-90,1	-92,6	-91,9
Financiamento	513,0	664,0	987,4	1672,4	1651,2	85,0	87,3	90,1	92,6	91,9
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	408,0	502,0	734,0	665,3	787,0	67,6	66,0	67,0	36,8	43,8
Levantamentos Excessivos a partir do FP	104,0	309,0	321,0	829,6	410,8	17,2	40,6	29,3	45,9	22,9
Uso do Saldo de Dinheiro	1,0	-147,0	-67,6	134,4	409,8	0,2	-19,3	-6,2	7,4	22,8
Empréstimos Contraídos / Oferecidos	0,0	0,0	0,0	43,1	43,6	0,0	0,0	0,0	2,4	2,4

As informações acima permitem muitos comentários sobre a política orçamental do país e, particularmente, sobre as suas opções relativamente ao Fundo de Infra-estruturas. Vejamos algumas delas:

1. Se adoptarmos para as despesas correntes de 2012 a taxa de execução das mesmas no ano anterior (87%), o valor pago terá rondado os 660 milhões de USD em vez dos 757 orçamentados. Isto significa um aumento de cerca de 30% face a 2011, muito maior que o verificado entre 2010 e 2011, quando os valores foram quase iguais. Este aumento de 30% dificilmente não terá tido efeitos expansionistas sobre os preços, sendo uma parte do responsável pela inflação verificada em 2012 (taxa média anual: 11,8%). Esta conclusão está na linha do que já concluíramos no documento sobre a economia nacional publicado pelo BCTL aquando do seu primeiro aniversário e de conclusões do FMI no seu último estudo publicado sobre a evolução da economia nacional;
2. Do Fundo de Infra-estruturas gastaram-se, segundo o relatório de execução orçamental do 4º trimestre de 2011, um pouco menos de 480 milhões de USD dos 600 milhões previstos; em 2012, a despesa terá sido de 430 milhões. Não podendo nem querendo tornar esta uma verdade absoluta, parece que o Estado está no limite da sua capacidade de implementação (da quantidade) de projectos. Por outro lado, recordamos que Sua Excelência o Senhor Presidente da República chamou recentemente (Jan2013) a atenção para alguns problemas de qualidade de muitos investimentos feitos. Ambas as constatações remetem para se passar a adoptar uma política mais cautelosa de despesa em investimentos públicos;
3. A opção, mais evidente a partir do OGE11, de apostar fortemente na construção de infra-estruturas fez o peso dos recursos aplicados nestas subir significativamente em termos de estrutura dos gastos públicos: de cerca de 28% em 2008 e 09 para cerca de 50% nos anos seguintes;

4. Os levantamentos do Fundo Petrolífero para além do “rendimento sustentável” têm sido significativos e nem sempre bem geridos. De facto, no próprio livro 1 do Orçamento de 2013 se revela que em 2012 não foram usados mais de 400 milhões de USD levantados do Fundo Petrolífero e que eles teriam uma melhor rentabilidade se, em vez de estarem depositados à ordem do Ministério das Finanças em conta detida junto do Banco Central. Recorde-se que a taxa de retorno do Fundo em 2012 foi de 3,88% (com 4% desde o início do FP em 2005). Relatórios do Fundo petrolífero dão conta de que no último trimestre de 2012 foram transferidos para a conta do Governo 587 milhões de USD, sendo 384 nos últimos dois meses — um pouco menos que os 410 milhões de saldo da conta do Estado que vão servir para co-financiar o OGE de 2013.

Quanto às receitas, não estando disponível o relatório de execução orçamental de todo o ano de 2012, utilizaremos como fonte de informação o que consta no Livro 1 do OGE2013.

Tabela 2.5.1.1 Total das receitas, 2011 a 2017, milhões de dólares

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Concreta	Estimativa	Projeção				
Total das receitas	3.348,6	2.887,5	2.455,4	2.134,8	2.358,2	2.344,7	2.276,9
Receitas doméstica	108,5	134,1	146,3	162,9	181,5	200,1	218,4
Receitas petrolíferas	3.240,1	2.753,4	2.309,1	1.971,9	2.176,7	2.144,7	2.058,5

Fonte: Direção Nacional da Política Económica e Unidade Apoio Administração do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2012

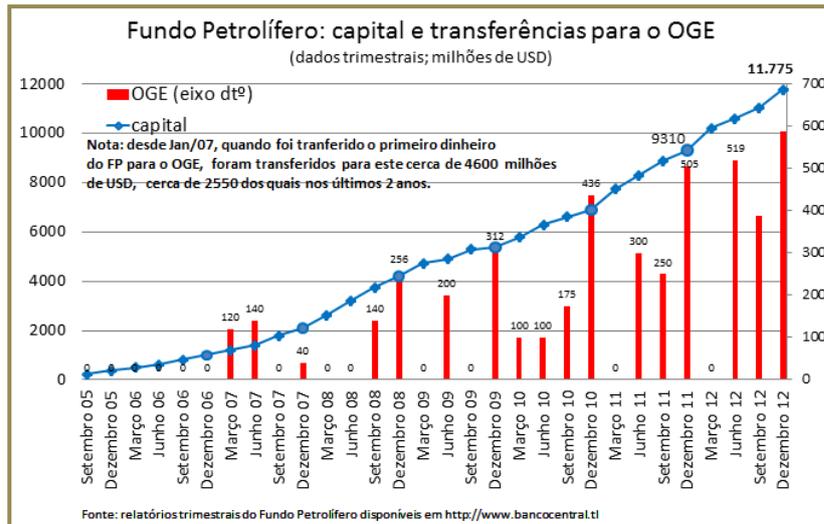
Do quadro acima deduz-se que as receitas domésticas, fruto dos diversos impostos e taxas cobradas pelo Estado, representaram em 2012 menos de 5% das receitas globais do Estado sendo o restante do Orçamento financiado pelas receitas petrolíferas transferidas para a conta do Governo pelo Banco Central (“rendimento sustentável” de 665 milhões de USD + um levantamento em excesso do “RS” de 830 milhões num total autorizado de quase 1500 milhões de USD) e pelas disponibilidades de caixa no início do ano.

À semelhança do que tem sucedido noutros anos, o Governo mandou transferir para a sua conta junto do BCTL a totalidade do montante autorizado pelo Parlamento Nacional aquando da aprovação do OGE2012.

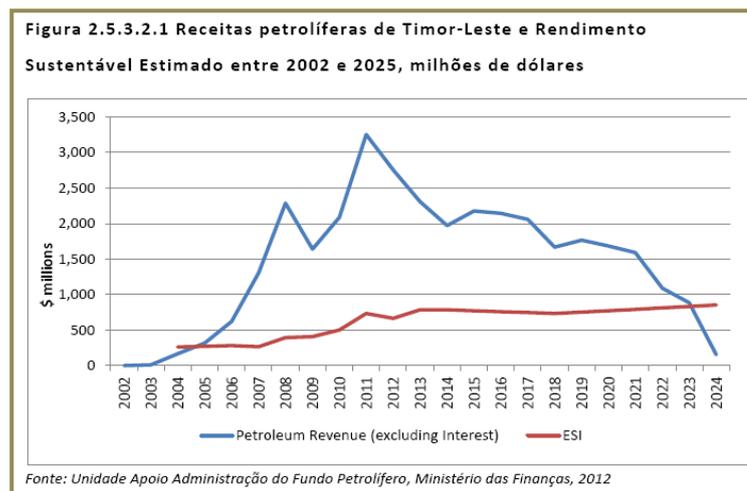
Note-se, porém e estranhamente, que é o próprio OGE13 que reconhece que não vai ser utilizado todo o dinheiro transferido do Fundo e que seria mais vantajoso financeiramente para o Governo se, em vez de mandar transferir todo o dinheiro, tivesse mantido parte dele no Fundo Petrolífero por a taxa de remuneração (3,88% em 2012) deste ser superior ao da conta do Estado:

“Manter montantes elevados de dinheiro nestas contas não é recomendável, uma vez que a taxa de juro destas contas é inferior ao rendimento (montante gerado) dos investimentos do Fundo Petrolífero. O Governo gera mais dinheiro se mantiver 500 milhões de dólares no Fundo Petrolífero do que se retirar este montante do Fundo Petrolífero e o mantiver como dinheiro no FCTL.” [OGE2013, Livro 1, pg 57]

Se nos reportarmos ao quadro sobre o Fundo de Infra-estruturas verificaremos que o saldo não executado deste em 2012 foi de mais de 400 milhões de USD, os quais poderiam ter-se mantido no Fundo Petrolífero a receber uma remuneração superior à da conta do Governo no Banco Central.



Nota: uma curiosidade: segundo o Departamento do Fundo Petrolífero do Banco Central de Timor-Leste, que tem a seu cargo a gestão operacional do Fundo, o capital deste ultrapassou a barreira dos 12 mil milhões de USD durante a manhã do dia 25 de Janeiro de 2013



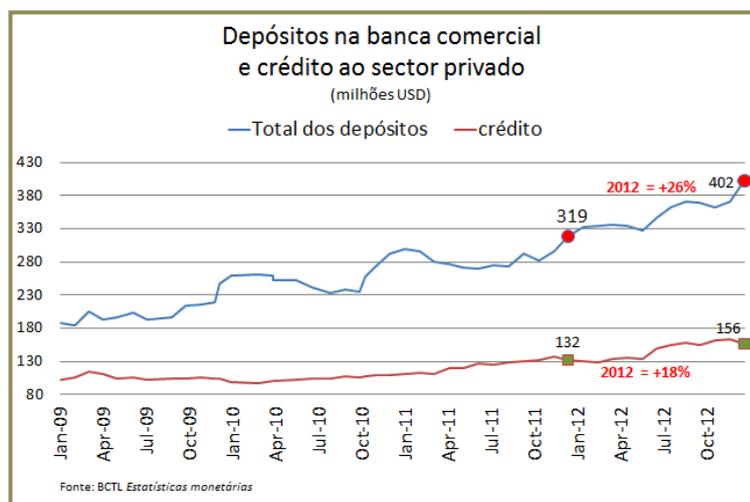
Fonte: OGE 2013

Moeda, crédito e taxas de juro

A moeda — no sentido de circulação monetária numa economia — costuma ser classificada pelos economistas como um “véu” que cobre a realidade da actividade económica (produção, comércio) e que condiciona significativamente. De facto, se não houver moeda (metálica ou notas e, mais genericamente, todos os usuais meios de pagamento), as pessoas e as empresas não podem comprar ou vender os seus produtos.

Numa relação simples poder-se-á dizer que quanto mais moeda houver maior poderá ser o produto nacional mas que se ela for em quantidade “desproporcionada” com esta mesma produção se desencadeia um processo inflacionista que tem custos significativos quer para a economia nacional em geral quer para os agentes económicos individualmente considerados.

É, pois, importante, estudarmos que se passou no último ano no domínio do circuito monetário do país e, mais genericamente, no sistema financeiro deste.



Assim, quatro das variáveis financeiras que nos interessa acompanhar são a “oferta de moeda”, o volume de depósitos bancários, o volume de empréstimos concedidos pela banca comercial ao sector privado (famílias e empresas) e a taxa de juro.

Do quadro ao lado se deduz que em 2012 houve um aumento significativos do total dos depósitos na banca comercial — o *rationale* dos depósitos do Estado no Banco Central é

específico e não é relevante para a análise que estamos a fazer: +28.7% bem acima da taxa de crescimento nominal do produto nacional.

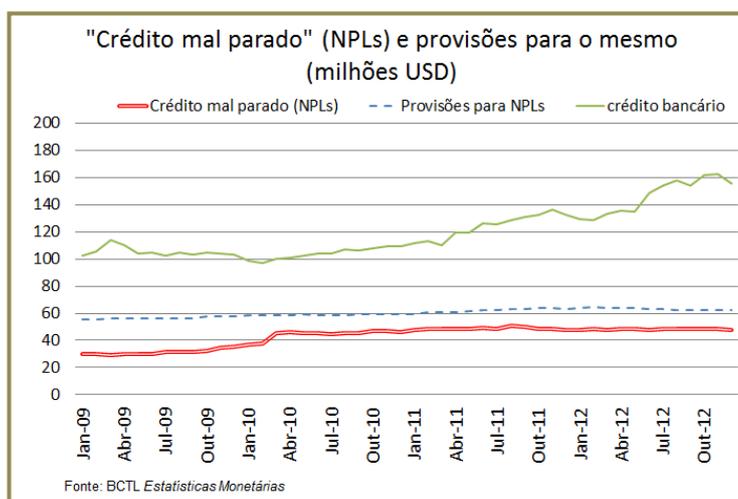
O crédito bancário, por sua vez, também aumentou mas numa percentagem bem inferior à anterior: +18%.

Da evolução de ambas as variáveis financeiras tal como ilustrada no gráfico anterior pode-se concluir que os depósitos têm crescido mais que o crédito concedido — e que é financiado, em primeiro lugar, por tais depósitos. Isto é, o nível de liquidez (disponibilidade de dinheiro) da banca comercial é cada vez maior e configura uma situação em que a banca comercial não depende do banco central e dos recursos financeiros que através de instrumentos apropriados para aumentar a liquidez do mercado, este poderá disponibilizar àquela para desenvolver a sua actividade, particularmente a concessão de crédito.

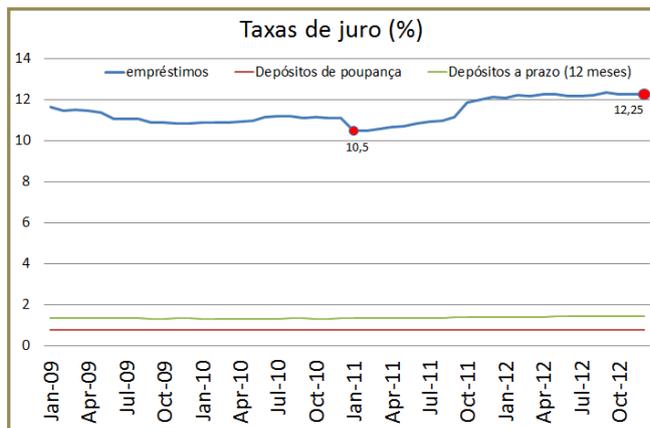
Note-se que este é uma das principais razões pelas quais a eventual existência de uma política económica autónoma em Timor-Leste tenderia a ter uma eficácia muito limitada pois o Banco Central não teria, pelo menos enquanto se mantivessem condições semelhantes às actuais (grande liquidez da banca comercial), como influenciar as disponibilidades em dinheiro dos bancos comerciais e, por isso, a taxa de juro do mercado.

Uma outra característica do negócio bancário em Timor-Leste é o elevado nível, mas em redução progressiva desde há alguns anos, dos chamados “empréstimos não cumpridores” (*non performing loans*) ou, na expressão mais corrente em português, de “crédito mal parado” por não cumprir as suas obrigações de pagamentos à banca.

Como se pode verificar pelo gráfico ao lado, o seu valor está sensivelmente estabilizado (nos cerca de 48 milhões de USD) além de estar mais que coberto



por provisões que os bancos fizeram para fazerem face ao fenómeno (62 milhões em Dez/12). Como o valor total do crédito tem crescido (132 milhões de USD em Dezº/11 vs 156 em Dez/12 (+18%), o peso dos “créditos mal parados” relativamente ao total do crédito tem diminuído (de 35% em Dez11 para 31% em Dez12).



Referiu-se atrás a dificuldade de, nas actuais circunstâncias, o Banco Central influenciar a taxa de juro do mercado — particularmente as taxas activas, i.e, as taxas cobradas pelos bancos nos seus empréstimos.

Estas taxas (activas — dos empréstimos — e passivas — dos depósitos) estão representadas no gráfico ao lado.

Elas são médias obtidas por ponderação das taxas praticadas por cada banco pelo peso deste no crédito bancário ou no total dos

depósitos respectivos. Notem-se principalmente os seguintes aspectos:

- A grande estabilidade da taxa dos empréstimos no período a que se refere este relatório (o ano de 2012) (12,1% em Dez11 e 12,5% em Dez12);
- A grande estabilidade das taxas passivas (na verdade imutáveis quase “desde sempre” após 1999);
- Em resultado do anterior, o significativo “gap” entre as taxas passivas e activas, dando a entender que os bancos se financiam junto dos seus clientes a um preço relativamente baixo — havendo eventualmente alguma margem para a compressão desta “margem financeira” por, por exemplo, subida da taxa de remuneração de pelo menos alguns tipos específicos de depósitos existentes ou a criar — nomeadamente “depósitos poupança-habitação”, “depósitos poupança-educação” e outros que incentivem o hábito de poupar junto da população;
- A taxa de juro cobrada nos empréstimos (a média ponderada pela parte do volume de crédito de cada banco no total tal como recolhida nos diversos bancos comerciais pelo Banco Central) não se pode, no seu valor nominal, considerar baixa mas compara relativamente bem com a da vizinha Indonésia. Note-se que nesta a taxa real (descontada a inflação) é bem superior à de Timor-Leste: em 2011 e 2012 a taxa de inflação na Indonésia terá sido de cerca de 4,5%, contra os 13,5% e 11,8% em Timor-Leste, tornando as taxas reais no nosso país

“Spread” das taxas de Juro
(diferença entre as taxas, em %, dos empréstimos e dos depósitos; 2010)

Timor-Leste	10,2
Austrália	3,1
Indonésia	6,2
Malásia	2,5
Papua Nova Guiné	9,1
Filipinas	4,5
Singapura	5,2
Ilhas Salomão	11,1
Ilhas Fiji	2,1

Taxas de juros dos empréstimos (%)

Country Name	2009	2010	2011	2012
Australia	6,0	7,3	7,7	
Fiji	7,9	7,5	7,5	
Indonesia	14,5	13,3	12,4	
Lao PDR	24,8	22,6		
Malaysia	5,1	5,0	4,9	
Papua New Guinea	10,1	10,4	10,8	
Philippines	8,6	7,7	6,7	
Singapore	5,4	5,4	5,4	
Solomon Islands	15,3	14,4	13,2	
Timor-Leste	11,2	11,0	11,0	12,2*
Tonga	12,5	11,5	11,4	

Fonte: <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LEND?page=5>
consultado em 31JAN2013

negativas (taxa de juro nominal – taxa de inflação), ao contrário do que sucede no país vizinho.

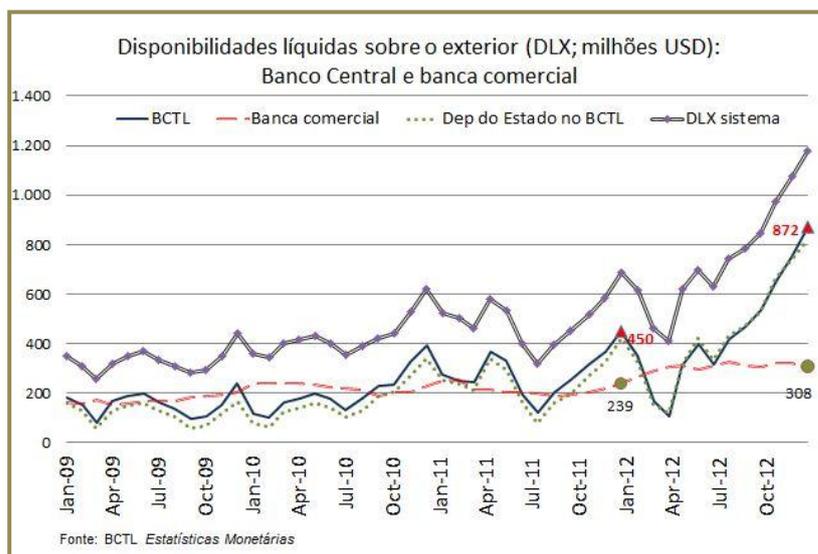
- e) O nível (nominal) relativamente elevado da taxa de juro entre nós tem várias explicações. Como a receita dos bancos que dependente delas é muito elevada nos balanços destes e como eles têm custos estruturais relativamente elevados entre nós (equipamentos electrónicos, sistemas informáticos, software, comunicações, segurança, assistência técnica – interna e externa – e custos de pessoal internacional), o nível da taxa de juro (que além de cobrir aqueles custos tem de cobrir o “risco país” e a margem de lucro dos bancos) dificilmente será muito mais baixa que os níveis actuais – a não ser que algum ou alguns daqueles elementos diminua de forma notória. Note-se que a eventual adopção de uma moeda nacional timorense pode (sublinhamos a palavra “pode” já que nestes aspectos financeiros as certezas são poucas), apesar do nível muito confortável dos recursos financeiros do país, provocar um aumento do “risco país” e, com ele, da taxa de juro, prejudicando assim principalmente os empresários nacionais, mais dependentes do sistema bancário nacional para exercerem a sua actividade económica.

Chamámos anteriormente a atenção para a grande diferença entre os recursos financeiros disponíveis aos bancos (depósitos) e as suas aplicações mais próprias da actividade bancária (os empréstimos). A principal aplicação alternativa da parte não utilizada desses recursos é o seu depósito no exterior para obtenção de uma remuneração. É esta a origem principal das “disponibilidades líquidas sobre o exterior”, também designadas pela sigla

“DLX”. O gráfico abaixo dá uma ideia dos valores que estão em causa, da sua propriedade (Banco Central de Timor-Leste ou banca comercial) e da sua evolução ao longo do tempo.

Como se pode verificar, o valor das disponibilidades da banca comercial aumentou quase 29% em 2012 depois de ter conhecido um período relativamente longo de alguma estabilidade. Este aumento está relacionado com o do aumento dos depósitos nos bancos durante o período em análise neste relatório (+26%).

Os determinantes das DLX do Banco Central são ao mesmo tempo semelhantes (os depósitos do Estado) e diferentes da evolução das da banca comercial por dependente, acima de tudo, das ordens de transferência de verbas do Fundo Petrolífero para a conta do Estado ao longo do tempo. Do gráfico resulta que as DLX do Banco Central aumentaram quase 100% durante 2012 e acompanham muito de perto a evolução dos depósitos do Estado junto dele já que o BCTL, a fim de obter alguma remuneração para tais recursos, os aplica, por sua vez, na banca fora do país.



Conclusões

Em 2012 a economia de Timor-Leste caracterizou-se principalmente pela manutenção de uma taxa elevada de crescimento (estimada pelo Governo em 10,6%) e de uma taxa (demasiado) alta de inflação (11,8% de taxa média e 11,7% de taxa homóloga).

O crescimento da produção deve-se, em boa parte, ao aumento significativo dos gastos públicos, principalmente em infra-estruturas (apesar da taxa de execução inferior a 50% do Fundo de Infra-estruturas).

Este aumento dos gastos foi um dos (o principal?) responsáveis pela pressão sobre os preços e a consequente inflação. Neste domínio continua a haver alguma discordância entre a interpretação do Governo e a do Banco Central (e as organizações financeiras internacionais, particularmente o FMI) sobre a importância relativa dos factores que influenciaram nos últimos tempos, nomeadamente em 2011 e 2012, a taxa de inflação.

De facto, enquanto o Governo põe na variação da taxa de câmbio do USD (um factor externo à economia) em relação a outras moedas (uma alegada depreciação do USD) uma importância mais significativa, o Banco Central e o FMI tendem a enfatizar o papel de factores internos (excesso de procura devido ao excesso de gastos públicos) na aceleração dos preços.

Dados divulgados pelo FMI e pelo Banco Central parecem dar razão aos que, como eles, pensam que pelo menos desde meados de 2011 a importância relativa dos factores referidos se alterou, com, agora, maior importância dos factores internos face aos externos.

Note-se que a “leitura” que se faz sobre as causas da inflação não é isenta de consequências já que uma ênfase nos factores externos pode justificar (?) um quase que “encolher de ombros” por se entender que pouco há a fazer para contrariar a influência dos factores externos enquanto se dermos mais importância a factores internos fica a porta aberta para uma actuação da política económica no sentido de tentar exercer um controlo mais apertado sobre a taxa de inflação.

Pelos efeitos negativos que esta exerce sobre a sociedade (redução do poder de compra de uma parte importante da população, agravamento das desigualdades sociais, etc) e a economia (nomeadamente perda de competitividade face ao exterior e/ou grande dificuldade em ganhar pontos na luta por esta competitividade), a luta pela redução da taxa de inflação deve ser definida como um dos objectivos prioritários do Governo e não apenas um como que “*side effect*” da política deste.

Há momentos da vida económica de um país em que é necessário olhar para trás e ter a coragem de repensar as hierarquias de objectivos e lutar por um melhor equilíbrio entre “crescimento” e “controlo da inflação”. Este é o momento para o fazer.



Transparência

1 - Organização, governação e actividades do BCTL

O Banco Central de Timor-Leste foi legalmente constituído pela Lei nº 5/2011 ao abrigo do Artº 143º da Constituição da RDTL e sucedeu, a partir de 13 de Setembro de 2011, à sua imediata antecessora, a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste que tinha sido criada pela administração da ONU em 30 de Novembro de 2001.

Este é, por isso, o primeiro relatório anual da actividade do BCTL durante um ano civil completo.

A missão principal do Banco é continuar a melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade mantendo também um sistema monetário sustentável e uma economia com baixa inflação, um sistema de pagamentos seguro e eficaz, o funcionamento credível do conjunto das instituições financeiras — nomeadamente através de normas legais apropriadas e da supervisão bancária —, a educação financeira da população e a realização de estudos sobre a economia nacional apoiados, nomeadamente, em estatísticas apropriadas e de qualidade.

Este capítulo faz uma análise global do mandato e das funções do Banco Central, da sua estrutura governativa e actividades mais comuns levadas a cabo no ano civil 2012 bem como as principais actividades previstas no seu Plano de Actividade para 2013. Este breve sumário de actividades durante o ano cobre as principais áreas da responsabilidade do banco quer através da sua acção.

1.1 Mandatos, organização e governação

Principais mandatos e funções

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é uma entidade pública legal dotada de autonomia administrativa e financeira que é responsável perante o Primeiro-Ministro da RDTL. O Banco e os seus empregados individualmente considerados são considerados entidades independentes e não podem receber instruções de nenhuma entidade que lhe seja exterior, assegurando os seus estatutos a usual independência do Banco Central face ao Governo.

Como é hábito na maioria dos Banco Centrais, o principal objectivo do BCTL é, no domínio da política económica, assegurar a estabilidade dos preços. Outros objectivos igualmente importantes são a promoção de um sistema financeiro baseado nos princípios do mercado e, por isso, em que haja concorrência e esta funcione em favor do público e da economia em geral. Tendo como de fundo estes objectivos e princípios, o Banco Central deve apoiar a política global do Governo na área económica.

A fim de alcançar os seus objectivos, o BCTL deve, de acordo com a Lei que o criou,

- a) Definir e implementar a política monetária do país;
- b) Definir e adoptar o regime cambial bem como a política cambial associada;
- c) Realizar operações com moedas estrangeiras;
- d) Deter e gerir as reservas oficiais externas do país;
- e) Deter e gerir as reservas em ouro do Estado timorense;
- f) Emitir e gerir a moeda oficial de Timor-Leste — neste momento o país usa a moeda dos EUA;
- g) Reunir e publicar informação estatística sobre as áreas da sua competência (nomeadamente as estatísticas monetárias e as da balança de pagamentos);
- h) Informar o Parlamento Nacional, o Governo e o público em geral sobre as políticas que implementa;
- i) Estabelecer, promover e supervisionar sistemas de pagamentos seguros e eficientes;
- j) Regular, licenciar, registar e supervisionar as instituições financeiras que operem no país;
- k) Aconselhar o Governo sobre matérias da sua competência;
- l) Agir como agente fiscal do Governo;
- m) Participar em organizações e reuniões internacionais que se debrucem sobre os pontos acima;
- n) Ser parte de contratos e estabelecer acordos e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e
- o) Realizar quaisquer outras actividades que caibam no corpo e no espírito da Lei do Banco Central.

Actualmente, algumas destas funções não estão a ser implementadas pelo Banco Central de Timor-Leste devido à adopção do dólar norte-americano (AUD) como moeda corrente do país.

Organização e governação

A autoridade máxima do Banco Central é o seu Conselho de Administração, o qual formula as estratégias e políticas para a instituição e supervisiona a sua implementação, incluindo a supervisão da administração e das actividades operacionais do Banco.

O Governador é o director executivo do Banco e é o responsável pela gestão, no dia-a-dia, deste sendo assistido por dois vice-Governadores e por um Comité de Gestão composto pelos chefes dos departamentos em que o Banco está organizado. No final de 2012, ano a que se refere o presente relatório, o Conselho de Administração era constituído apenas pelo Governador e os dois Vice-Governadores, faltando nomear quatro membros não-executivos do Conselho. Em resultado do referido, o Conselho de Administração do BCTL está limitado na sua capacidade de decisão pois não tem o quórum mínimo para o seu funcionamento (quatro elementos) e tomada de decisões que exijam uma posição do CA.

As composições do Conselho de Administração e do Comité de Gestão são indicadas no final deste capítulo.

O BCTL está organizado em quatro departamentos principais: Supervisão do Sistema Financeiro; Sistemas Bancários e de Pagamentos; Gestão do Fundo Petrolífero; e Departamento de Administração. Há ainda algumas Divisões e Gabinetes independentes que reportam directamente o Governador. É o caso do Gabinete Jurídico, o Gabinete do Auditor Interno e a Divisão de Economia e Estatísticas. A Divisão de Orçamento e Contabilidade está na dependência do Vice-Governador para a área da supervisão do sistema financeiro.

O Banco Central está também encarregue do secretariado do Conselho de Aconselhamento de Investimento do Fundo Petrolífero, a cargo do Director Executivo do Departamento do Fundo Petrolífero.

O Conselho de Administração da antecessora do Banco Central, a Autoridade Bancária e de Pagamentos, adoptou como *motto* para esta — que foi estendido ao BCTL — a sigla **TIMOR**, representando a **T**ransparência, a **I**ntegridade, a **M**obilização, a **O**brigaçãO e a **R**esponsabilidade, palavras de ordem essenciais no dia-a-dia da instituição e dos seus funcionários.

T ransparência	<ul style="list-style-type: none"> • Somos um exemplo para a sociedade e para as instituições, os nossos procedimentos e regulamentações são aplicados interna e externamente de forma universal, consistente e rigorosa.
I ntegridade	<ul style="list-style-type: none"> • Exercemos a nossa actividade com honestidade e altos padrões ético-morais, respeitando a confidencialidade e legalidade em todas as decisões que envolvem os nossos interesses e recursos.
M obilização	<ul style="list-style-type: none"> • Movemo-nos para prestar o melhor serviço à comunidade de Timor-Leste, através da nossa determinação e empenho para ouvir, aprender e assessorar.
O brigaçãO	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstramos um sentimento de pertença e envolvimento, estabelecendo como prioridade os objectivos da instituição e exibindo disponibilidade para desempenhar tarefas para lá do que nos é pedido.
R esponsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Investimos no desenvolvimento das nossas capacidades técnico-profissionais, cumprimos com as responsabilidades que nos são atribuídas e que proactivamente procuramos, através da permanente monitorização das consequências das nossas decisões e acções.

Existe também no BCTL um código de ética aplicável a todos os seus agentes, do topo à base e incluindo outras partes que se relacionam com o Banco. Este código, a ser eventualmente revisto pelo CA do BCTL, inclui normas muito estritas sobre vários aspectos do comportamento daqueles a quem se aplica. Refira-se, por exemplo, a obrigatoriedade de cada funcionário do Banco desempenhar as suas funções tendo exclusivamente em consideração os interesses do público em geral e do BCTL e não os seus interesses individuais, o que inclui não receber instruções, quaisquer que elas sejam, de outras entidades que não as das estruturas legais do Banco Central.

Os funcionários do Banco estão também, naturalmente, proibidos de receber quaisquer valores pecuniários ou outros de quaisquer pessoas que possam ter interesse em influenciar as suas decisões.

1.2 As actividades do BCTL em 2012

Arranjos quanto ao uso do dinheiro como meio de pagamento

Durante o período a que refere este relatório — o ano civil e fiscal de 2012 —, o Banco Central actuou de uma forma consistente de modo a manter sempre uma reserva de dinheiro suficiente para atender às necessidades de pagamentos quer do Governo que dos bancos comerciais. Foi neste contexto que o Banco assegurou, nomeadamente, o pleno funcionamento da “clearing house” de Dili. O quadro abaixo refere a síntese dos movimentos desta:

Transacções na Câmara de Compensação de Dili

Mês	Cheques		Ordens de pagamento	
	Volume	Valor (USD)	Volume	Valor (USD)
Janeiro/2012	1.666	14.984.743	2.042	34.887.081
Fevereiro/12	1.818	13.358.104	1.444	18.022.121
Março/12	1.828	12.940.743	1.855	14.653.753
Abril/12	1.548	11.588.971	1.383	11.796.665
Maió/12	1.904	13.811.095	2.027	20.480.733
Junho/12	1.851	12.387.771	1.718	19.122.054
Julho/12	1.734	13.025.174	1.736	18.338.058
Agosto/12	1.728	13.003.201	2.592	27.556.568
Setembro/12	1.461	12.421.698	1.578	25.290.830
Outubro/12	1.697	14.674.432	2.086	29.189.076
Novembro/12	1.451	11.333.085	1.170	13.090.205
Dezembro/12	1.776	14.049.990	2.955	37.778.551
TOTAL	20.462	157.579.008	22.586	270.205.695

Mês	Cheques devolvidos		Ordens de pagamento devolvidas	
	Volume	Valor (USD)	Volume	Valor (USD)
Janeiro/2012	30	921.206	50	223.261
Fevereiro/12	30	907.559	46	433.488
Março/12	33	930.779	53	321.201
Abril/12	36	348.606	44	427.271
Maió/12	29	756.309	59	418.895
Junho/12	44	783.499	60	862.311
Julho/12	38	765.829	60	706.897
Agosto/12	46	863.147	61	517.225
Setembro/12	37	859.287	62	1.425.746
Outubro/12	50	1.228.453	58	654.329
Novembro/12	50	808.703	50	292.376
Dezembro/12	42	697.306	64	619.923

Os serviços de pagamentos prestados pelo BCTL dividem-se em duas categorias: internas e com o estrangeiro. Os pagamentos internos são, por sua vez, de dois tipos: os de Valores Elevados e os de retalho; os pagamentos internacionais são do país para o exterior e vice-versa, qualquer deles efectuados através do sistema SWIFT.

O quadro abaixo mostra as estatísticas dos pagamentos (em milhares de USD) durante o período.

Mês	Pagamentos nacionais (mil USD)						Pagamentos internacionais (mil USD)			
	Saídas de LVTS (Large Value Interbank Transactions)		Entradas de LVTS (Large Value Interbank Transactions)		Transferências internas de fundos pela Câmara de Compensação de Dili		Transferências para o Exterior		Transferências provenientes do Exterior	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Jan-12	265	52.658	37	96.175	1860	31.38	111	104.99	6	167,00
Fev-12	274	48.911	29	67.288	1210	14.648	189	180.471	9	130,00
Mar-12	484	28.037	37	79.361	1608	10.275	164	45.106	15	7.830,00
Abr-12	371	50.982	35	81.266	1203	8.019	141	50.932	9	8.154,00
Mai-12	446	33.753	36	99.177	1812	16.376	121	70.885	14	7.152,00
Jun-12	452	87.308	41	96.553	1537	16.236	199	161.207	20	4.199,00
Jul-12	535	48.902	35	107.867	1547	14.897	237	69.467	22	2.581,00
Ago-12	595	30.072	38	101.659	2348	24.161	247	68.092	10	7.301,00
Set-12	480	42.3	42	97.617	1384	19.99	335	62.344	16	8.205,00
Out-12	519	29.744	34	145.269	1864	25.034	179	92.326	15	8.177,00
Nov-12	486	66.096	34	58.567	1029	10.73	106	54.154	14	747,00
Dez-12	1118	115.54	35	78.691	2794	33.34	216	93.364	14	256,00
Total	6025	634.303	433	1.109.490	20196	225.086	2245	1.053.338	164	54.899,00

As transacções em dinheiro, não em dinheiro e as transacções internacionais realizadas pelos bancos comerciais foram como segue no quadro abaixo.

1. TRASAÇÕES EM DINHEIRO	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Depósitos de dinheiro	142,793	\$397,443,318	614,635	\$392,611,720	492,909	\$409,060,420	435,546	\$443,918,886
Levantamentos de dinheiro	169,553	\$327,314,779	637,715	\$331,298,336	415,153	\$306,880,330	400,121	\$343,851,896
Número de contas à ordem	7,751	\$0	6,205	\$0	7,630	\$0	7,680	\$0
Número de contas de poupança	88,790	\$0	67,103	\$0	75,890	\$0	63,790	\$0
Número de contas à prazo	2,049	\$0	1,288	\$0	1,452	\$0	1,438	\$0
Número de outras contas	19,335	\$0	53,112	\$0	18,823	\$0	19,689	\$0
Número de ATMs	58	\$0	50	\$0	54	\$0	63	\$0
Número de cartões para uso em ATM/POS	42,901	\$0	39,121	\$0	30,095	\$0	21,299	\$0
Levantamentos em ATMs	229,750	\$33,136,652	241,328	\$34,257,395	255,661	\$34,109,803	283,688	\$38,671,333
Número de terminais POS	153	\$0	161	\$0	167	\$0	139	\$0
Transações em POS (EFTPOS cartões de débito)	154	\$41,521	124	\$39,318	124	\$31,870	159	\$55,399
Transações em POS (EFTPOS cartões de crédito)	2,372	\$1,384,984	2,442	\$1,232,994	2,881	\$2,228,648	3,036	\$1,431,768
1. TRASAÇÕES NÃO EM MOEDA								
Cartões de crédito	-	\$0	-	\$0	-	\$0	-	\$0
Transações com cartões de crédito - locais	-	\$0	-	\$0	-	\$0	-	\$0
Transações com cartões de crédito - estrangeiros	15,230	\$4,481,030	20,275	\$5,806,440	17,358	\$4,971,440	19,977	\$29,280,680
Transações com cheques (interno ao mesmo banco)	15,904	\$237,870,945	19,131	\$283,723,695	26,122	\$194,814,844	22,296	\$108,937,940
Transações com cheques (recebidos via clearing)	5,109	\$39,266,082	5,287	\$37,719,212	5,099	\$33,350,677	4,682	\$38,112,030
Transações com cheques (recebidos fora do clearing)	698	\$5,802,512	3	\$980,000	-	\$0	-	\$0
Transações com cheques (enviados via clearing)	4,538	\$31,234,063	5,143	\$37,105,148	4,924	\$28,821,481	4,892	\$40,093,642
Transações com cheques (enviados fora do clearing)	2	\$1,039,000	6	\$1,850,000	3	\$894,400	4	\$11,081,920
Operações de transferência de créditos (no mesmo banco)	3,404	\$59,198,983	2,061	\$34,062,616	1,720	\$28,197,017	2,088	\$51,833,917
Operações de transferência de créditos (recebidos via clearing)	4,514	\$79,794,801	5,283	\$53,652,882	5,349	\$53,859,859	5,253	\$64,233,941
Operações de transferência de créditos (recebidos fora do clearing)	675	\$91,101,500	908	\$142,573,050	1,093	\$69,841,437	977	\$119,761,387
Operações de transferência de créditos (enviados via clearing)	820	\$11,029,113	843	\$11,086,442	732	\$11,119,198	660	\$7,929,749
Operações de transferência de créditos (enviados fora do clearing)	44	\$48,316,117	44	\$34,614,103	30	\$37,335,159	35	\$15,182,883
TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE FUNDOS								
Entradas - SWIFT	4,069	\$236,536,728	4,276	\$267,236,575	4,433	\$135,749,485	4,766	\$120,051,216
Entradas - não SWIFT	242	\$1,698,202	261	\$4,866,703	300	\$2,449,528	237	\$3,155,540
Saídas - SWIFT	4,824	\$261,712,770	4,722	\$262,802,429	4,830	\$185,800,961	5,246	\$204,449,299
Saídas - não SWIFT	3,092	\$94,322,183	3,713	\$96,031,457	4,012	\$105,132,786	5,031	\$90,573,450

Importação e exportação de moeda

Uma das funções fundamentais do Banco Central é assegurar que a economia nacional dispõe dos meios de pagamento necessários ao seu crescimento económico e à actividade corrente dos seus agentes. Dado que o país usa notas de outro país e moedas metálicas próprias mas não fabricadas em território nacional, o abastecimento da economia nacional em meios de pagamento imediato (moedas e notas) exige a importação dos mesmos e, no caso das notas quando atingem um grau de conservação muito baixo, a sua reexportação para o país de origem, os Estados Unidos.



Durante o ano de 2012 o BCTL importou 137 milhões de USD em notas de dólares norte-americanos mas colocou em circulação um total de 402 milhões, incluindo moedas de centavos.

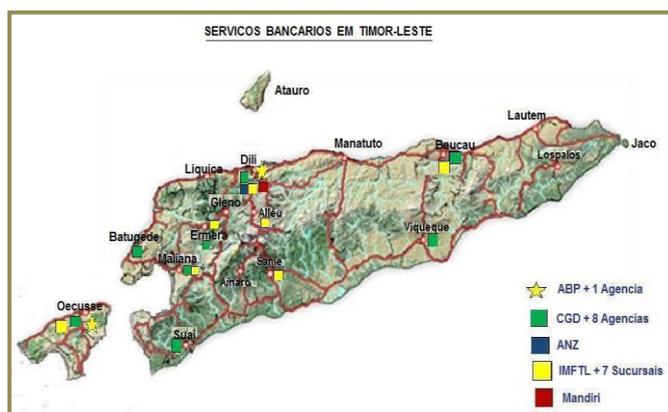
Sistema financeiro e serviços bancários

Licenciamento e regulação do sistema financeiro

O BCTL recebeu e processou alguns pedidos de instalação no país de entidades da área bancária, seguradora e de câmbios. Foram também recebidos dois pedidos para outras instituições aceitantes de depósitos. Todos os pedidos estão sendo processados.

O Banco Central concedeu uma licença total à antiga Instituição de Micro-Finanças, actualmente o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste. Foi também concedida uma licença final à companhia de seguros SINAR MAS para processar seguros automóveis.

A fim de manter um funcionamento do sistema financeiro de acordo com os mais elevados padrões internacionais, o BCTL, através do seu Departamento de Supervisão (que inclui a bancária e a de seguros) emitiu ao longo do ano um conjunto de instruções dirigidas às empresas que actuam nos respectivos mercados.



Sistema bancário

Nos quadros abaixo disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país o qual era constituído, no final de 2012, por um banco registado em Timor-Leste -- o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste -- e três agências bancárias de três importantes bancos de Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri).

O total de activos do sistema bancário era de cerca de 555 milhões de USD, quase mais 40% que no ano anterior.

ACTIVOS DA BANCA COMERCIAL					mil USD	
Items	Dez-11	% do total	Dez-12	% do total	Taxa de variação	Valor da variação
Dinheiro e saldo no BCTL	60.745	15,1%	120.236	21,7%	97,9%	59.491
Depósitos noutros bancos	264.705	65,6%	331.142	59,6%	25,1%	66.437
Empréstimos e adiantamentos a clientes	67.930	16,8%	95.544	17,2%	40,7%	27.614
Activos fixos	4.365	1,1%	5.428	1,0%	24,4%	1.063
Outros activos	5.581	1,4%	2.852	0,5%	-48,9%	-2.730
TOTAL	403.326	100,0%	555.201	100,0%	37,7%	151.875

Durante o ano de 2012 o crédito concedido pelo sistema aumentou quase 18.% numa evidente manifestação de maior dinâmica da economia e do próprio sistema bancário. A carteira bruta de empréstimos era, no final de 2012, de cerca de 155 milhões de USD, dos quais 48 milhões estavam classificados como "crédito mal parado" [*non-performing loans*] que, no entanto, não faziam perigar a estabilidade do sistema por as provisões para estes créditos serem superiores (62 milhões).

Empréstimos segundo a sua performance					mil USD
Items	Dez-11	% do total dos empréstimos e adiantamentos	Dez-12	% do total dos empréstimos e adiantamentos	variação
Empréstimos em cumprimento	83.709	63,7%	107.845	69,2%	28,8%
"Crédito mal parado"	47.678	36,3%	47.953	30,8%	0,6%
Provisões para "crédito mal parado"	63.457	48,3%	62.442	40,1%	-1,6%
Total líquido dos empréstimos e adiantamentos	67.930	51,7%	93.355	59,9%	37,4%
Carteira bruta de empréstimos	131.387		155.797		18,6%
Provisões em % do "crédito mal parado"	133,1%		130,2%		
"Crédito mal parado" em % da carteira bruta de empréstimos	36,3%		30,8%		

O valor global dos depósitos atingiu em 2012 o valor de cerca de 415 milhões de USD, um aumento relativamente ao ano anterior da ordem de grandeza do aumento do crédito.

Responsabilidades / Passivo					mil USD e %
Items	Dez-11	% das responsabilidades e capital	Dez-12	% das responsabilidades e capital	variação
Devido ao Banco Central de TL	23.263	5,8%	57.435	10,3%	146,90%
Depósitos de outros bancos	51.189	12,7%	1.473	0,3%	-97,12%
Depósitos	322.068	79,9%	414.625	74,7%	28,74%
Outros	7.810	1,9%	71.298	12,8%	812,91%
Capital	1.003	-0,2%	10.371	1,9%	-1133,63%
Total das responsab. e capital	403.326	100,0%	555.201	100,0%	37,66%
Total das responsabilidades	404.329	100,2%	544.830	98,1%	34,75%

O rendimento dos bancos foi constituído por juros e taxas cobradas aos seus clientes, num total de cerca de 11 milhões de USD, e por outros rendimentos num valor de cerca de 26 milhões de USD. Os juros pagos pelos depósitos foram bem mais reduzidos, não tendo ultrapassado os cerca de 650 mil USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos tiveram o seguinte rendimento em 2012 (os valores de 2011 destinam-se a facilitar a comparação):

	2011	2012
RENDIMENTO BRUTO	13.103.996	23.128.244
Rendimento líquido antes de impostos	3.101.563	9.507.243
Imposto sobre o rendimento	302.909	960.251
Rendimento líquido DEPOIS de impostos	2.798.654	8.546.992

Rendimento em % dos activos	Dez-11	Dez-12
Juros recebidos de bancos	0,16%	0,23%
Juros de investimentos 'overnight'	0,00%	0,00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1,61%	1,95%
Outros juros recebidos	0,28%	0,36%
Outros rendimentos operacionais	6,86%	4,74%

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o *ROA-Return On Assets*) foi de 1,54% em 2012, depois de ter sido de 0,69% em 2011, Este aumento fica a dever-se ao aumento significativo dos rendimentos obtidos.

Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos que são exigidos pelo Banco Central.

Seguradoras

Em Timor-Leste funcionam presentemente duas companhias seguradoras: a NITL-National Insurance of Timor-Leste e a SinarMas. Primeira submeteu ao BCTL uma proposta para abrir novas áreas do seu negócio, nomeadamente acidentes pessoais, seguros de viagem, seguros de propriedade e outros.

Em 2012 iniciou-se, a título ainda provisório e envolvendo várias entidades, a exploração do ramo de micro-seguro. As entidades envolvidas, quase todas elas com experiência na área do micro-crédito, foram a INFUSE, o BNCTL (ex-IMFTL), a Morisk Rasik e Tuba Rai Metin (TRM) (ambas ONGs de micro-crédito), o Banco Central e a empresa seguradora NITL.

Gestão do Fundo Petrolífero

Tal como definido na Lei do Fundo Petrolífero, o Banco Central continuou a ser o responsável pela gestão operacional do Fundo. No final de 2012 o capital deste elevava-se a quase 12 mil milhões de USD (de facto 11,8 mil milhões), tendo as entradas de dinheiro no período sido de 3550 mil milhões, provenientes de impostos e royalties, e as saídas, destinadas ao financiamento do Orçamento Geral do Estado de 2012 e ao pagamento de despesas de administração do Fundo, totalizado cerca de 1500 milhões de USD (com 1495 milhões transferidos para a conta do Tesouro).

O aspecto principal do trabalho desenvolvido ao longo do ano na gestão do Fundo Petrolífero foi o da implementação de um aumento de investimento em ações de empresas de mercados desenvolvidos — de 4% do total do investimento no início do ano para 26% no seu final. Isto foi conseguido através da nomeação em Janeiro da agência financeira *State Street Global Advisors* como segundo gestor de ações do Fundo; o seu mandato é “passivo”, o que permitiu ao Fundo alcançar progressivamente a meta de 20% até 30 de Junho, seguindo as orientações neste sentido do Ministério das Finanças quanto à estrutura dos activos do Fundo.

Em Julho, o ministro decidiu, ainda que a um ritmo mais lento, continuar o processo de aprofundamento da exposição do Fundo Petrolífero ao mercado de ações globais, aumentando progressivamente a participação de ações para 40% durante os próximos dois anos.

O Banco Central também trabalhou durante o ano na implementação de um segundo gestor de ações passivo global, a *BlackRock*, o que foi alcançado no início de 2013.

Em Janeiro o Banco Central também implementou um segundo mandato gerido internamente, de acordo com um novo mandato de investimento recebido do Ministério das Finanças inistro no final de 2011. Os dois mandatos de títulos ambos envolvem a gestão de títulos do Tesouro dos EUA. No final do ano, 54 % do Fundo do Petróleo (US\$6,4 mil milhões) foi gerido internamente pelo Banco Central.

No final do ano, o Banco Central foi responsável pela gestão de um total de seis mandatos de investimento para o Fundo Petrolífero, dois mandatos internos (obrigações), um mandato de obrigações externa, e dois mandatos de ações externos.

O Banco Central continuou a fornecer o Secretariado para o Comité de Assessoria para o Investimento. A Secretaria prestou apoio técnico ao CAI durante suas deliberações sobre a estratégia de investimento, o que resultou nas mudanças para exposições de ações registrados anteriormente. A Secretaria, que também envolve o pessoal do Ministério das Finanças, organizou *workshops* para o Comité em Maio e Dezembro, o que permitiu aos membros do Comité concentrarem-se em questões

técnicas e tendências mais recentes em novas classes de ativos que estão sendo consideradas para possível investimento no futuro. O Banco Central forneceu um número de *inputs* para *oworkshops*, incluindo estudos sobre títulos de renda fixa, gestão da moeda e *inputs* para a actualização dos regulamentos operacionais.

Reforço Institucional

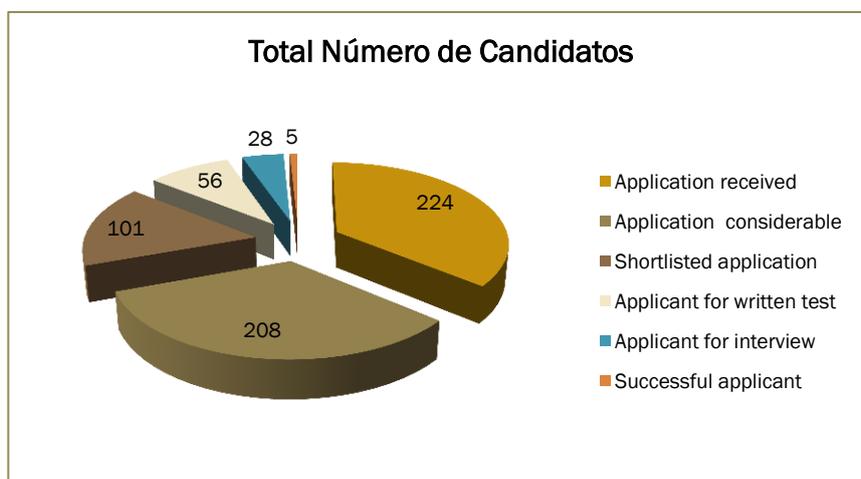
Uma das principais leis propostas pelo Banco Central de Timor-Leste foi aprovada pelo Parlamento Nacional durante o período em análise neste relatório. Trata-se da Lei Contra a Lavagem de Dinheiro. Na sequência da sua aprovação o BCTL realizou um exame de dois bancos comerciais nas instalações dos mesmos.

O BCTL iniciou também contactos tendo em vista a constituição de uma Unidade de Informação Financeira para recolher e tratar informações relacionadas com eventuais actividades de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo internacional. Entretanto o Banco criou no seu seio uma divisão tendo em vista receber e tratar todos os relatórios sobre transacções suspeitas e divulgar informação que permita combater a lavagem de dinheiro em Timor-Leste.

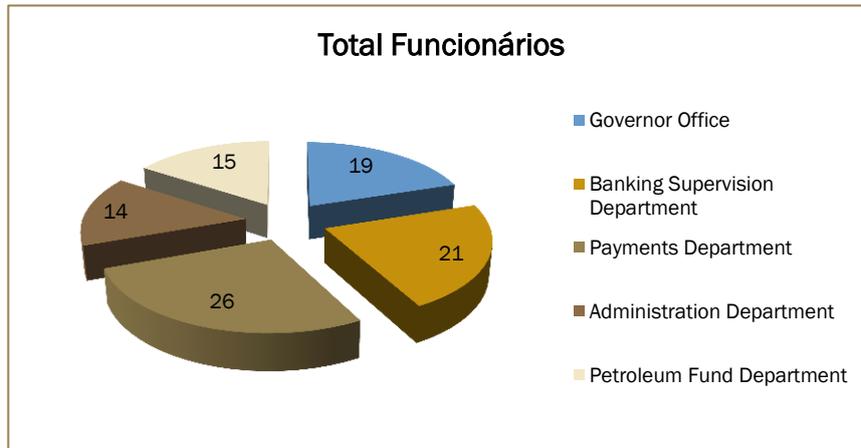
Pessoal e programa de formação

O BCTL contava, no final do período em análise, com 80 empregados, um aumento de cinco face ao ano anterior e que está relacionada com a decisão de reforçar a actividade da instituição em várias áreas. Este número inclui os novos funcionários que entraram ao serviço do Banco no final de Julho de 2012 para preencherem vagas no Departamento do Fundo Petrolífero e no de Sistemas de Pagamento.

O processo de recrutamento pode considerar-se um sucesso tendo em consideração o número de candidatos às diversas posições a concurso — isto apesar de algumas delas não terem sido preenchidas por não se terem encontrado candidatos qualificados. O BCTL abriu concurso para sete posições (13 vagas) mas apenas cinco foram preenchidas por cinco de entre 208 candidatos.



O pessoal está assim repartido pelos diversos departamentos do Banco (o gráfico inclui já as novas posições a preencher em 2013):



Continuando uma linha de actuação há muito definida de reforçar a formação dos seus funcionários, o Banco tem-lhes proporcionado um conjunto de acções de formação que incluíram formação no exterior e participação em *workshops*.

O quadro abaixo refere as principais actividades nesta área:

FORMAÇÃO NO EXTERIOR E PARTICIPAÇÃO EM WORKSHOPS
Horas ocupadas no ano fiscal de 2012

No	Departamento	Pessoas em Acções de Formação	Pessoas em Workshops	Dias	Horas
1	Gabinete do Governador	4	5	264	2,112
2	Supervisão do Sistema Financeiro	4	2	525	4,200
3	Sistema Bancário e de Pagamentos	3	3	59	472
4	Administração	2	1	150	1,200
5	Contabilidade	1	0	58	464
6	Fundo Petrolífero	4	1	309	2,472
7	Conselheiro do BCTL	0	6	29	232
	Total	18	18	1,394	11,152

Parte importante dessa formação tem sido efectuada ao abrigo de acordos de cooperação com universidades estrangeiras, estando vários membros do nosso corpo de funcionários em vias de terminarem os seus mestrados em áreas de interesse para o funcionamento do Banco Central (oito funcionários em 2013). Em 2012 completaram os seus mestrados dois dos nossos funcionários.

Para além desta formação mais prolongada, outras actividades de formação têm sido levadas a cabo. Funcionários do Banco participaram em programas de treino e *workshops* organizadas por outros bancos centrais ou instituições financeiras tais como o Bank Negara Malaysia, Banco de Portugal, IMF Institute (Singapore), etc.

Durante o ano de 2012 continuou a implementar-se o Sistema de Melhoria do Desempenho dos funcionários do Banco iniciado em 2010 com indelével sucesso na avaliação do desempenho do pessoal do Banco e na melhoria deste. A avaliação é baseada no Indicador de Desempenho de cada funcionário durante o ano, o qual permite a estes auto-avaliarem-se face aos resultados que se espera que atinjam ao longo de cada ano de trabalho.

Relações externas

O BCTL tem continuado a dar grande importância às suas relações externas quer como forma da sua afirmação enquanto banco central de um novo país independente quer como forma de assegurar apoio para a formação dos seus quadros através da participação destes em programas de treino e estágios bem como alguma assistência técnica.

É nesta lógica que se beneficiou das boas relações com instituições como o Banco de Portugal, o Bank Negara Malaysia, o Reserve Bank of Australia, o IMF Institute (Singapura), o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em Basileia/Suíça).

Além disso o BCTL continuou a aprofundar as suas relações com entidades comerciais com quem trabalha tais como a JPMorgan, a CliffordChance, a KPMG, a Deloitte e outras organizações.

Principais órgãos de gestão do Banco Central de Timor-Leste (BCTL)

Conselho de Administração

O Governador
Abraão de Vasconcelos

Vice-Governador(a) para a área da Supervisão Bancária
Nur Alkatiri

Vice-Governadora para a área de Pagamentos
Sara Lobo

Nota: a 31 de Dezembro de 2012 faltava designar quatro membros (não-executivos) do Conselho de Administração do Banco Central, função que compete ao Governo

Comité de Gestão

O Comité de Gestão do BCTL inclui todos os responsáveis das principais áreas organizacionais do Banco. São eles:

O Governador, Abraão de Vasconcelos

A Vice-Governadora para a área da supervisão, Nur Alkatiri

A Vice-Governadora para a área de pagamentos, Sara Lobo

O Contabilista-Chefe / Chefe da Divisão de Contabilidade, Fernando de Carvalho

A Directora do Departamento de Administração, Raquel Gonçalves

O Director do Departamento do Fundo Petrolífero, Venâncio Alves Maria

2 - Informações Financeiras

Informações Financeiras

sobre o Banco Central de Timor-Leste

para o ano fiscal de 2012,
terminado em 31 de Dezembro de 2012

28 de Outubro de 2013



ÍNDICE

Declaração de conformidade	47
Balanço	48
Conta de exploração	49
Declaração sobre alteração do capital social	50
Quadro de <i>Cash Flows</i>	51
Notas às contas	52
1. Entidade a que dizem respeito as contas e sua base estatutária	
2. Base de preparação	
3. Políticas contabilísticas mais importantes	
4. Natureza e extensão das actividades	
5. Gestão do risco financeiro	
6. Decisões críticas na aplicação da política contabilística da Autoridade	
7. Segmentação da informação reportada	
8. Dinheiro e seus equivalentes	
9. Títulos negociáveis	
10. Activos e responsabilidades financeiras	
11. Instituições Financeiras Internacionais	
12. Propriedade, instalações e equipamento	
13. Outros activos	
14. Depósitos do Governo	
15. Outros depósitos	
16. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	
17. Outras responsabilidades	
18. Direitos de Saque Especiais	
19. Capital e reservas	
20. Responsabilidades contingentes	
21. Rendimento líquido	
22. Rendimento de taxas e de comissões cobradas	
23. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	
24. Despesas com o pessoal	
25. Despesas de administração	
26. Fundo Petrolífero de Timor-Leste	
27. Transacções com partes com relações com a Autoridade	
28. Autorização das declarações financeiras	
Relatório dos Auditores Independentes	81

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Financeiras das páginas 49 a 52 e as Notas com elas relacionadas, fazendo parte delas, e que constam das páginas 52 a 80,—foram preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste.

Declaro que estas Informações Financeiras estão de acordo com os requisitos da Lei Orgânica (Estatutos) do Banco Central nº 5/2011 e que representam, de uma forma fiel, a verdadeira situação financeira e o desempenho do Banco Central de Timor-Leste à data de 31 de Dezembro de 2012.

Dili, 28 de Outubro de 2013

Abraão de Vasconcelos
Governador

Banco Central de Timor-Leste

BALANÇO referido a 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Notas	2012 MIL USD	2011 MIL USD
ACTIVO			
Dinheiro e Depósitos nos Bancos	7	640.792	160.317
Títulos negociáveis	8	301.980	312.908
Investimentos	10, 17	24.444	24.454
Propriedade, edifícios e equipamentos	11	779	842
Outros ativos	12	4.477	13.879
Total dos ativos		972.472	512.399
PASSIVO			
Depósitos do Governo	13	818.941	418.516
Outros depósitos	14,17	119.567	55.077
Provisão para transferência de excedente para o Governo	15	206	419
Outros Passivos	16	8.742	14.524
Moeda emitida		4.773	3.863
Total do passivo		952.229	492.399
Capital		20.243	20.000
Total do Passivo e do Capital	18	972.472	512.399

As notas das páginas 52 a 80 fazem parte integrante desta declaração

Banco Central de Timor-Leste

CONTA DE EXPLORAÇÃO Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2012

	Notas	2012 Mil USD	2011 Mil USD
RENDIMENTO DE OPERAÇÕES			
<i>Rendimento de investimentos</i>			
Juros recebidos	20	1.317	57
(Perdas)/ganhos registadas	20	-27	13
<i>Despesas com as responsabilidades financeiras</i>			
Despesas com juros	20	-187	-15
Rendimento líquido do investimento		1.103	55
Taxa de gestão do Fundo Petrolífero	22	8,623	2,307
Despesas de gestão do Fundo Petrolífero	22	-7,018	-1,663
Receitas líquidas de comissão		1,605	644
Taxas e comissões	21	589	197
Outros Rendimentos		133	3
Rendimentos totais		3.445	899
Despesas			
Despesas com Pessoal	23	1.042	336
Despesas com a circulação monetária		749	140
Despesas Administrativas	24	1.080	287
Depreciação do Imobilizado	11	173	55
CUSTOS TOTAIS		3.044	818
Lucros / Perdas		411	81
Outros rendimentos / perdas		-	-
Lucro líquido total		411	81

As notas das páginas 52 a 80 fazem parte integrante desta declaração

Banco Central de Timor-Leste

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL DURANTE O ANO FISCAL TERMINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	2012	2011
	Mil USD	Mil USD
CAPITAL SOCIAL		
Capital inicial	20.000	20.000
Transferência da/para a Reserva Geral	0	0
	20.000	20.000
RESERVA GERAL		
Saldo inicial	370	307
Transferência para a Conta de Capital	206	0
Transferência para/de Ganhos retidos	81	63
Transferência para o Governo	-419	0
Saldo final	32	370
Reserva segundo os valores estimados de mercado ("fair value")		
Saldo inicial	-32	-3
Alteração líquida do valor	37	-29
Saldo final	5	-32
Apropriação do Rendimento Líquido		
Rendimento líquido do período	411	81
Transferência para/da Reserva Geral	-205	0
Provisão para a transferência do saldo para o Governo	-206	-419
	0	-338
TOTAL DO CAPITAL	18	20.000
	20.243	20.000

As notas das páginas 52 a 80 fazem parte integrante desta declaração

Banco Central de Timor-Leste

QUADRO DE CASHFLOW

Para o ano terminado em 31 de Dezembro de 2012

	2010 Mil USD	2010 Mil USD
ACTIVIDADE OPERACIONAIS		
Lucro operacional	411	81
Depreciação	173	55
Rendimento líquido de juros	-1.103	-55
TOTAL	-519	81
Alteração nos recebíveis, pré-pagamentos e stock	9.402	-11.878
Alteração nos Depósitos do Governo	400.426	285.786
Alterações nos outros Depósitos	64.490	-2.840
Alteração nos Outros Passivos	-5.782	12.136
	468.536	283.205
Juros recebidos	1.290	70
Juros pagos	-187	-15
Resultado líquido das actividades operacionais	1.103	55
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alterações nos Investimentos	9	532
Títulos do Governo dos Estados Unidos	10.928	-172.933
Aquisição de activos fixos e equipamento	-109	-3
Cashflow das actividades de investimento	10.828	-172.404
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Moeda emitida	909	101
Capital	0	0
Transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste	-382	-29
Cashflow das actividades de financiamento	527	72
AUMENTOS EM 'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES	480.475	111.008
'Caixa' e seus equivalentes no início do ano	160.317	49.309
'CAIXA' E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO ANO	640.792	160.317

As notas das páginas 52 a 80 fazem parte integrante desta declaração

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

1. Entidade relatora e base estatutária

Estas são as declarações financeiras do Banco Central de Timor-Leste (“o Banco” ou BCTL), uma entidade pública autónoma e distinta legalmente estabelecida pela Lei 5/2001, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste.

O endereço oficial da sede da ABP é Avenida Bispo Medeiros, Dili, Timor-Leste.

As declarações financeiras da Autoridade Bancária e de Pagamentos são relativos ao ano financeiro terminado em 31 de Dezembro de 2012 e, de acordo com o estabelecido no Artº 58º da Lei 5/2011, as contas e registos são elaborados de acordo com os padrões contabilísticos internacionais.

O principal objectivo do Banco é alcançar e manter a estabilidade dos preços internos. Os outros objectivos são os de assegurar a liquidez e solvência de um sistema bancário e financeiro estável e baseado no mercado, executar a política cambial de Timor-Leste e promover um sistema de pagamentos seguro, sólido e eficiente.

O papel do Banco é funcionar como o banco central de Timor-Leste, o que determina a natureza e extensão das suas actividades em relação a instrumentos financeiros. O papel do BCTL é definido na sua Lei Orgânica, a Lei 5/2011 e inclui as seguintes funções:

- recomendar ao governo as grandes linhas de política nas áreas da sua responsabilidade;
- emitir moedas chamadas “centavos” que têm, em conjunto com o dólar dos Estados Unidos da América, o estatuto de moeda corrente no país;
- formular e implementar medidas, e supervisionar e regular os sistemas de liquidação e de pagamentos de transacções em moeda corrente doméstica e estrangeira em Timor-Leste;
- possuir, operar ou participar em um ou mais sistemas de pagamento;
- agir como banqueiro do governo e agências dele dependentes;
- agir como agente fiscal do governo e agências dele dependentes;
- deter e administrar todos os recursos financeiros públicos, inclusive as reservas oficiais de moedas estrangeiras;
- assegurar a administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste;
- deter os depósitos em moeda corrente estrangeira dos Bancos comerciais;
- assegurar uma provisão adequada de notas e moedas necessárias à realização das transacções em dinheiro no país;
- manter uma caixa forte que mantenha em segurança os stocks de moeda e outros valores à sua guarda;
- licenciar, supervisionar e regular a actividade de bancos comerciais;
- autorizar, supervisionar e regular a actividade de câmbio de moedas;
- autorizar, supervisionar e regular companhias de seguros e intermediários; e
- levar a cabo, com regularidade, a análise económica e monetária da economia de Timor-Leste, tornar públicos os resultados das mesmas e submeter propostas e medidas ao governo com base em tais análises.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

2. Base de Preparação

(a) Declaração de conformidade

Estas declarações financeiras foram preparadas de acordo com os *IFRS-International Financial Reporting Standards* tal como emitidos pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*. A sua publicação foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de Outubro de 2013.

b) Unidade de conta

As declarações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos excepto quanto aos activos considerados disponíveis para venda e que foram avaliados segundo uma estimativa realista do seu valor de mercado para esse efeito.

(c) Adopção dos International Financial Reporting Standards

As presentes contas do BCTL obedecem aos *International Financial Reporting Standards* em vigor em 31 de Dezembro de 2012.

(d) Moeda funcional e de apresentação

Estas declarações financeiras são apresentadas em dólares dos Estados Unidos (USD), a moeda oficial de Timor-Leste e moeda funcional e de apresentação de contas do Banco. A informação é apresentada em USD arredondados para o milhar mais próximo salvo indicação noutro sentido. Esta prática pode resultar em ligeiras diferenças entre as contas tal como apresentadas no relatório sobre os rendimentos, o balanço e as notas detalhadas de apoio às contas.

(e) Uso de estimativas e de julgamentos

A preparação de declarações financeiras exige à gestão efectuar julgamentos e tomar decisões sobre situações, fazer estimativas e adoptar pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e dos valores reportados quanto aos activos, os passivos/responsabilidade, o rendimento e as despesas/custos.

As estimativas e pressupostos estão sujeitos a um processo de escrutínio e de revisão permanente.

As revisões das estimativas contabilísticas são repercutidas na contabilidade no período em que elas são revistas e em todos os períodos futuros igualmente afectados. Em particular, disponibiliza-se na nota 3 informação acerca das principais áreas de incerteza das estimativas e julgamentos/decisões críticas sobre a aplicação das políticas contabilísticas e que se reflectem sobre os montantes constantes das declarações financeiras.

(f) Montantes comparativos

De modo a assegurar consistência com o ano aqui relatado, apresentam-se números relativos a outros períodos sempre que julgado apropriado. Foram introduzidas algumas alterações na apresentação das declarações financeiras.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de uma forma consistente a todos os períodos apresentados nestas declarações financeiras.

a) Taxas de câmbio

Transacções envolvendo moeda externa (não – USD) foram convertidas em USD às taxas de câmbio prevalecentes nas datas de transacção. Activos e passivos monetários nestas moedas foram contabilizados utilizando as taxas de câmbio *spot* praticadas na data de referência do balanço, o dia 31 de Dezembro de 2012.

Os ganhos ou perdas em itens monetários são a diferença entre o custo de amortização na moeda funcional no início do período — ajustado com o juro efectivo e os pagamentos durante o período — e o custo de amortização em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do período.

Activos e passivos não-monetários denominados em moeda estrangeira que são medidas ao preço estimado de mercado são convertidos na moeda funcional à taxa de câmbio *spot* da data em que o referido valor estimado foi calculado.

As taxas de câmbio relevantes utilizadas para efeitos de determinação dos valores dos principais activos e passivos destas declarações financeiras foram as seguintes:

	31DEZ2012	31DEZ2011
Dólares australianos (AUD)	0,9643	0,9856
Direitos de Saque Especiais (DSE)	0,6506	0,6514
Euro (EUR)	0,7551	0,7723

b) Juros

O rendimento e as despesas em juros são apresentados na declaração sobre rendimentos utilizando o método do juro efectivo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos e receitas futuros em dinheiro ao longo da vida esperada dos activos ou passivos financeiros (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor de balanço dos activos ou passivos. Ao calcular a taxa de juro efectiva a Autoridade estima os fluxos futuros de dinheiro tomando em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro em causa mas não as perdas futuras de créditos.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todos as taxas e pontos pagos ou custos de transacção e todos os descontos ou prémios que são parte integral da taxa de juro. Os custos de transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo ou passivo financeiro.

O rendimento e as despesas de juros apresentadas na conta de ganhos e perdas incluem:

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

- Juros de activos e passivos financeiros ao custo de amortização e numa base de taxa de juro efectiva
- Juros de títulos de investimento comercializáveis numa base de taxa de juro efectiva

c) Taxas

O rendimento proveniente de taxas, incluindo taxas de serviço de contas bancárias, distribuição de dinheiro e de gestão de investimentos é contabilizado quando os respectivos serviços são prestados. O rendimento de taxas pagas pelo Governo é reconhecido após a aprovação pelo Parlamento Nacional e amortizado durante o período durante o qual os serviços são prestados.

As taxas e comissões pagas dizem respeito principalmente a taxas de transacções e prestação de serviços que são gastas à medida que os correspondentes serviços são recebidos.

d) Lucro operacional

O lucro operacional compreende os ganhos menos as perdas relacionadas com as transacções de activos e passivos e inclui todas as alterações, verificadas ou não, do valor estimado (com a excepção das alterações estimadas dos valores relativos a activos comercializáveis).

e) Impostos

A ABP está isenta de imposto sobre o seu rendimento de acordo com o disposto no Artº 72 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, a Lei nº 5/2011.

f) Activos e Passivos Financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece e contabiliza empréstimos, adiantamentos e depósitos na data em que são constituídos. Os outros activos financeiros (incluindo os que são considerados negociáveis) são inicialmente contabilizados na data de liquidação e em que o pagamento é feito e o título recebido de acordo com as condições contratualmente estabelecidas.

Um activo ou responsabilidade financeira é inicialmente medido ao seu valor de mercado mais, para os itens não posteriormente medidos ao preço de mercado por ganhos ou perdas, os custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O Banco efectua transacções quando adquire activos mas não assume todos os riscos e recompensas dos activos ou parte deles. Tais activos, incluindo os adquiridos em ligação com a gestão do Fundo Petrolífero pela Autoridade, não são contabilizados no balanço.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

- (ii) *Classificação*
Ver o nº 3 g) e h) de “políticas contabilísticas” acima
- (iii) *Eliminação dos registos contabilísticos*
A Autoridade elimina dos seus registos um activo financeiro quando os direitos contratuais ao fluxo de dinheiro expira ou na data em que é transferido o direito legal a receber o dinheiro relativo ao activo financeiro.
O mesmo acontece quanto às responsabilidades financeiras, que são canceladas quando as obrigações contratuais delas resultantes desaparecem ou são canceladas.
- (iv) *Offsetting*
O valor dos activos e passivos financeiros serão somente alvo de compensação e o respectivo valor líquido expresso no balanço quando e somente quando a Autoridade tiver a prerrogativa legalmente estabelecida de proceder a essa compensação e tenciona ou proceder ao *settlement* pelo seu valor líquido, ou proceder simultaneamente à realização do activo e ao *settlement* do passivo.
- (v) *Medição da amortização dos custos*
O custo amortizado de um activo financeiro é o montante ao qual esse activo é avaliado no momento do seu reconhecimento inicial menos os pagamentos do principal (capital), mais ou menos a amortização acumulada usando o método do juro efectivo ou qualquer outra diferença entre o montante inicial contabilizado e o montante na maturidade menos qualquer redução por prejuízo.
- (vi) *Medição do valor justo de mercado*
A determinação do valor justo de mercado para os activos financeiros é baseado nas cotações para os respectivos instrumentos financeiros em mercados activos. Um mercado é considerado como em actividade se as cotações nele verificadas estão regularmente acessíveis e representam um panorama sistematicamente actualizado das transacções nele efectuadas.
A manifestação mais evidente do preço justo de mercado de um instrumento financeiro no momento do seu registo contabilístico inicial é o preço da sua transacção, i.e., o valor pago ou recebido, a não ser que o valor justo de mercado do referido instrumento resulte da comparação com outras transacções de mercado do mesmo instrumento (i.e., sem modificação ou alterações das suas características) ou baseado numa técnica de avaliação do valor que inclua, como variáveis, apenas informações de mercados analisáveis.
- (vii) *Identificação e medição de prejuízos*
Em cada data do balanço o Banco avalia se há ou não evidência objectiva se os activos financeiros não avaliados ao valor de mercado apresentam prejuízo. Um activo financeiro apresenta prejuízo quando a evidência objectiva demonstra que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do activo nos registos da Autoridade e que esse prejuízo tem um impacto nos futuros *cash flows* do activo e pode ser estimado com confiança.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

O Banco toma em consideração evidências de prejuízo de títulos de investimento quer a nível individual de cada activo específico quer a nível colectivo. Todos os activos a deter até à maturidade individualmente significativos são avaliados para determinação de eventuais prejuízos. Todos os activos deste tipo que não são considerados como registando prejuízo são depois avaliados em conjunto para determinar eventuais prejuízos que possam ter ocorrido mas que não tenham sido identificados. Os activos que não são individualmente significativos são então avaliados colectivamente para saber se houve prejuízo associando activos financeiros com características de risco semelhantes.

Perdas por prejuízos em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidos contabilisticamente medindo a diferença entre o valor do activo e o valor presente actualizado dos futuros *cash flows* à taxa de juro efectiva. As perdas são reconhecidas nos ganhos e perdas e reflectidas numa conta contra prejuízos. Os juros sobre activos com prejuízo continuam a ser contabilizados até ao desaparecimento do prejuízo. Quando um acontecimento subsequente fizer com que o montante do prejuízo num título negociável diminua, a perda é revertida através de ganhos e perdas.

As perdas em títulos de investimento comercializáveis são reconhecidas contabilisticamente transferindo o valor acumulado da perda que foi contabilizada directamente de capital para ganhos ou perdas. O valor acumulado de perda que é retirado do capital e contabilizado em ganhos e perdas é a diferença entre o preço de aquisição (líquido de qualquer amortização de capital e amortização) e o valor presente de mercado menos qualquer prejuízo previamente já registado em ganhos e perdas. Alterações nas provisões atribuíveis ao valor do tempo são reflectidas nas contas como uma componente do rendimento em juros.

g) Dinheiro [Cash] e equivalentes

O conceito de dinheiro e equivalentes inclui notas e moedas, saldos disponíveis sem restrições junto de outros bancos que estejam sujeitos a riscos insignificantes de alteração de valor e que são usados pelo Banco na gestão das suas responsabilidades de curto prazo, incluindo a manutenção da oferta de dinheiro dos Estados Unidos de modo a assegurar uma oferta adequada de notas de banco e de moedas para a realização de transacções em Timor-Leste.

O dinheiro e os seus equivalentes são contabilizados no balanço ao seu custo amortizado.

h) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são inicialmente contabilizados ao seu valor de mercado mais os custos de transacção e subsequentemente de acordo com a sua classificação em “a reter até à maturidade”, valor de mercado com ganhos ou perdas ou título negociável [*available-for-sale*].

1) “A manter até à maturidade”

Este tipo de investimentos são activos “não-derivados” com pagamentos fixos ou determináveis e data fixa de maturidade que a Autoridade tem a intenção e a

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

capacidade de manter até à maturidade e que não são classificados por esta nem como “valor de mercado com ganhos ou perdas” ou como títulos negociáveis.

Estes investimentos são contabilizados ao seu custo de amortização usando o método do juro efectivo.

2) Valor de mercado com lucros ou perdas

Investimentos deste tipo são avaliados ao valor estimado de mercado através de ganhos e perdas quando:

- Os activos são geridos, avaliados e reportados internamente numa base de preço estimado com os dados do mercado; ou
- A classificação elimina ou reduz significativamente um desencontro contabilístico que resultaria de fosse adoptado outro procedimento; ou
- Os activos contêm uma componente de “derivado” que modifica significativamente os *cash flows* que de outra forma resultariam de acordo com o contrato.

Alterações do valor de mercado desta classe de investimentos são levadas a “ganhos e perdas”.

3) Negociáveis

Investimentos deste tipo são instrumentos não-derivados que são classificados como disponíveis para venda ou que não são incluídos noutras categorias de activos financeiros

São contabilizados ao seu valor estimado de mercado.

O seu rendimento de juros é levado a ganhos e perdas utilizando o método do juro efectivo. Os ganhos ou perdas em câmbios nestes instrumentos são levados a ganhos e perdas.

Outras alterações do valor estimado de acordo com o mercado são directamente contabilizadas no capital até que o investimento seja vendido e o saldo no capital seja reconhecido em ganhos e perdas.

i) Transacções do mercado *overnight*

O Banco estabelece acordos no mercado *overnight* no quadro das suas actividades de gestão das suas disponibilidades de caixa. Estas transacções são registadas no balanço como dinheiro e seus equivalentes e o seu rendimento é contabilizado em lucros e perdas na data da transacção.

j) Outros activos e responsabilidades

O dinheiro em moeda local ou estrangeira, depósitos e as contas a receber e a pagar são valoradas na data em que se efectua a transacção, adicionados os eventuais juros.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

As contas a receber são registadas na data em que se espera realizar o valor correspondente após devida provisão para dívidas de cobrança duvidosa.

Os stocks de moeda não entrada em circulação são registados como existências ao custo da sua aquisição e registadas como despesa aquando da sua entrada em circulação. São registados ao valor mais baixo do custo ou do valor líquido realizável. O custo é calculado numa base de média ponderada.

k) Propriedade, instalações e equipamento

i) Reconhecimento e medição

Itens de propriedade, instalações e equipamento são medidos ao seu custo menos as amortizações acumuladas e os eventuais prejuízos.

O custo inclui despesas que sejam razoavelmente atribuíveis à aquisição do activo. *Software* adquirido para funcionamento em determinados equipamentos e que são essenciais à sua utilização é considerado como sendo parte daquele equipamento.

Quando partes de um elemento da propriedade, instalações ou equipamento têm diferentes vidas úteis são contabilizados como elementos separados (caso das maiores componentes) da propriedade, instalações e equipamento.

O terreno e o edifício da sede do Banco Central estão registados na contabilidade ao custo de aquisição no ano 2000 (custo zero) e assim continuará a ser até que, no futuro, seja possível determinar um preço justo a partir do funcionamento, em Timor-Leste, do mercado de terras e de propriedades em bases sólidas e quando avaliações objectivas possam ser definidas a partir das transacções nele realizadas.

ii) custos subsequentes

O custo de substituição de uma parte da propriedade, instalações ou equipamento é reconhecido nas contas pelo montante sobranter do valor do item se se entender que é provável que os benefícios económicos nele incorporados beneficiarão a Autoridade e que os seus custos podem ser medidos de uma forma fiável. Os custos de manutenção da propriedade, das instalações e do equipamento são levados à conta de ganhos e perdas à medida que ocorrem.

iii) Amortização

As depreciações são contabilizadas na conta de ganhos e perdas numa base de taxa de depreciação constante ao longo do tempo durante a vida útil dos itens de propriedade, instalações e equipamento. A terra não é amortizada.

A Autoridade divide os seus activos em grandes grupos de itens e amortiza-os de acordo com as suas vidas úteis indicativas referidas no quadro abaixo:

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

	2012	2011
Edifícios e benfeitorias	20 anos	20 anos
Instalações	5 anos	5 anos
Equipamento de escritório	8 anos	8 anos
Computadores e equipamento electrónico	4 anos	4 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são todos referidos à data do fecho do balanço.

iv) Prejuízos

Os valores a transitar dos activos fixos da Autoridade são revistos na data do balanço para determinar se há alguma indicação de prejuízo. Se tal indicação existir utiliza-se na contabilidade o valor estimado recuperável. Regista-se um prejuízo quando o valor a transitar de um activo exceder o valor recuperável. As perdas por prejuízos são contabilizadas em ganhos e perdas.

l) Moeda em circulação

A moeda emitida pelo Banco sob a forma de moedas de centavos (que são legalmente sub-unidades do dólar dos Estados Unidos utilizadas apenas em Timor-Leste) representa uma responsabilidade do Banco perante os detentores das moedas. A responsabilidade pelo valor da moeda em circulação é registada ao valor facial no balanço.

O Banco também emite moedas de colecção. Embora seja pouco provável que montantes significativos desta moeda sejam devolvidas para sua substituição por moeda corrente a Autoridade contabiliza o valor facial das moedas de colecção vendidas como se de moeda em circulação se tratasse.

m) Benefícios dos empregados

i. Benefícios de curto prazo do pessoal

Os benefícios de curto prazo dos empregados da ABP incluem o montante total dos rendimentos auferidos pelo pessoal da instituição, nomeadamente salários e suplementos vários. Os acréscimos (*accruals*) de custos de pessoal são registados no balanço como contas a pagar.

As obrigações com os benefícios a curto prazo dos empregados são medidas numa base não-actualizada e são pagos à medida que os serviços correspondentes são prestados pelos empregados à Autoridade.

ii. Benefícios de longo prazo dos empregados

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Os empregados do Banco têm o direito a receber um montante em dinheiro pagável após a conclusão de um determinado número de anos de serviço com início no décimo quinto ano de serviço. Com esta finalidade é mensalmente posta de parte pelo Banco uma percentagem de 5% do salário base que é contabilizada na conta de ganhos e perdas como uma despesa de pessoal com a contrapartida responsabilidade sendo reconhecida no balanço e registada como “outros passivos”. Na hipótese de um empregado abandonar a instituição antes de decorrido o prazo para ter direito ao benefício em causa o montante previamente acumulado para tal empregado é creditado às despesas de pessoal na data em que a obrigação da Autoridade para com o empregado cessa.

Não há um esquema de pensões para os funcionários do Banco.

4. Gestão do Risco Financeiro

(a) Introdução e síntese

O Banco Central de Timor-Leste está exposto aos seguintes riscos devido ao seu uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informação sobre a exposição do Banco para cada um dos riscos acima, os objectivos do Banco, suas políticas e procedimentos para medir e gerir o risco e a administração do capital pelo Banco.

(b) Quadro geral da gestão do risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão do quadro geral de gestão do risco pelo Banco.

O Conselho de Administração é guiado pela Lei Orgânica do Banco Central (Lei 5/2011), que estabelece directivas genéricas para a gestão do risco, incluindo as seguintes:

- O Artº 19 permite ao Banco deter na sua carteira de investimentos qualquer dos seguintes activos estrangeiros: ouro e outros metais preciosos do Banco ou por conta dele, incluindo créditos no balanço representando esses ouro e outros metais preciosos; moeda estrangeira sob a forma de notas e moedas detidas em Timor-Leste que sejam livremente convertíveis detidas pelo ou por conta do Banco; saldos bancários e depósitos interbancários pagáveis à ordem ou a curto prazo e denominados em moedas em moedas livremente convertíveis e que estejam registados em contas do Banco, nos livros de bancos centrais estrangeiros ou de instituições financeiras internacionais; títulos de

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

- dívida facilmente comercializáveis, denominados em moedas estrangeira livremente convertíveis, emitidos ou apoiados por governos estrangeiros, bancos centrais estrangeiros ou instituições financeiras internacionais; direitos sobre instituições financeiras internacionais em resultado de acordos de recompra, venda e retoma e títulos de empréstimo dos referidos títulos de dívida; Direitos de Saque Especiais registados na conta de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional; a posição de reserva de Timor-Leste no Fundo Monetário Internacional.
- O Artº 71.1 proíbe o Banco de conceder crédito, exercer actividade comercial, comprar acções de qualquer empresa ou companhia — incluindo de qualquer Instituição Financeira —, ou, seja a que título for, ter um interesse de propriedade em qualquer empreendimento financeiro, comercial, agrícola, industrial ou outro ou adquirir através de compra, aluguer ou qualquer outra forma quaisquer direitos reais em propriedade imóvel, excluindo a que for considerada necessária para a realização do seu expediente e condução das actividades da sua administração e operações.
 - O Artº 39 autoriza o Banco a gerir fundos especiais propriedade do Estado com base no contrato de gestão e a manter receitas pré-destinadas em contas especiais desde que os activos e as responsabilidades destes fundos sejam separadas dos outros activos e responsabilidades do Banco

O Banco estabeleceu um Gabinete de Auditoria Interna, cujos deveres incluem os de, de uma forma regular ou *ad hoc*, levar a cabo revisões do controlo e procedimentos de gestão do risco cujos resultados são reportados ao Governador e, se assim o entender o Auditor Interno, ao Conselho de Administração.

(c) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de perda financeira do Banco se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro falharem no cumprimento das suas obrigações contratuais e surge principalmente relacionado com o investimento e actividades bancárias da Autoridade.

Como referido acima, este risco é gerido em obediência a um requisito legal que proíbe a colocação de fundos sem ser em bancos cujas responsabilidades a curto prazo são avaliadas numa das duas categorias mais altas por agências de avaliação de crédito internacionalmente reconhecidas e em títulos de dívida emitidos ou garantidos pelos Estados Unidos.

Todos os investimentos acima de USD 1 milhão exigem a autorização do Governador.

O Auditor Interno audita regularmente as divisões da ABP responsáveis pelo investimento de fundos da mesma.

A exposição do Banco ao risco de crédito, baseado nas avaliações realizadas pela *Fitch Ratings*, é como segue:

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Milhares Dólares E.U.A.	Rating*	Dez2012	Rating*	Dez2011	
Dinheiro e depósitos					
Dinheiro	AAA	21.151	AAA	9.467	
Depósitos em bancos centrais	AAA	548.120	AAA	126.590	
Depósitos em bancos em território nacional	B	71.194	B	23.483	
Idem, no estrangeiro	AA-	327	AA-	777	
		640.793		160.317	
Títulos comercializáveis					
Bills Tesouro E.U.A.	AAA	301.980	AAA	312.908	
Investimentos					
Fundo Monetário Internacional	N/A	24.444	N/A	24.454	
Activos fixos e outros	N/A	5.255	N/A	14.721	
ACTIVOS TOTAIS		972.472		512.399	
SUMÁRIO POR TIPO DE RATING					
		Dez2012	Dez2011	Dez2011	
AAA		89,59%	871.251	87,62%	448.964
AA-		0,03%	327	0,15%	777
B		7,32%	71.194	4,58%	23.483
Não aplicável		3,05%	29.700	7,65%	39.175
ACTIVOS TOTAIS		100,00%	972.472	100%	512.399

*Quando um Banco Central não tem rating usou-se o *rating* do país

À data do balanço não havia nenhuma perda por prejuízos.

O montante registado destes activos aproxima-se do seu valor estimado de mercado [*fair value*].

(d) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco encontrar dificuldades no cumprimento das obrigações resultantes das suas responsabilidades financeiras. O risco de liquidez é também o risco de o BCTL ter de vender rapidamente um activo financeiro por um valor muito inferior ao justo valor.

O Banco é responsável para administrar a liquidez diária do sistema bancário. Este papel inclui a administração do sistema de compensação [*clearing*]. O BCTL está proibido pelo seu Estatuto de adiantar fundos ao sistema bancário.

A abordagem do Banco quanto à administração do risco de liquidez é o de assegurar, até onde for possível, que sempre terá a liquidez suficiente para responder às suas responsabilidades quando devidas, quer seja em condições normais quer especiais, e sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a sua reputação.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

A função de administração de investimento considera os fluxos monetários observados historicamente nas contas de depósito do governo e dos bancos comerciais. A partir desta informação são tomadas decisões sobre a dimensão das disponibilidades físicas em dinheiro detidas em Timor-Leste, a quantidade de dinheiro a ser mantido em contas em bancos correspondentes e a natureza dos investimentos a ser feito em títulos de curto prazo do Tesouro dos Estados Unidos — para os quais existe um mercado com grande grau de liquidez — de tal modo a que existam sempre títulos perto de maturidade que podem ser vendidos se necessário sem correr o risco de sofrer uma perda de mercado significativa.

Os quadros seguintes mostram a análise de maturidade do balanço do Banco.

Em mil USD	Total 2012	Sem maturidade e fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	640.792		640.792	
Títulos negociáveis	301.980		301.980	
Investimentos	24.444			24.444
Outros activos	4.477		4.477	
TOTAL dos activos	971.693	-	947.249	24.444
Depósitos do Governo	818.941		818.941	
Outros depósitos	119.567		95.123	24.444
Provisão para transferência excedentária	206		206	
Outras responsabilidades	8.743		8.742	
Moeda emitida	4.773	4.773		
TOTAL das responsabilidades	952.229	4.773	923.012	24.444
Diferença líquida	19.464	-4.773	24.237	-

Em mil USD	Total 2011	Sem maturidade e fixa	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	160.317		160.317	
Títulos negociáveis	312.908		312.908	
Investimentos	24.454			24.454
Outros activos	13.879		13.879	
TOTAL dos ativos	511.557	-	487.104	24.454
Depósitos do Governo	418.516		418.556	
Outros depósitos	55.077		30.624	24.454
Provisão para transferência excedentária	419		419	
Outras responsabilidades	14.524		14.524	
Moeda emitida	3.863	3.863		
TOTAL das responsabilidades	492.400	3.863	464.083	24.454
Diferença líquida	19.158	-3.863	23.021	-

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado de preços como a taxa de juro, de capital, de moeda estrangeira e *spreads* de crédito (não atribuíveis a alterações da classificação de crédito dos que os emitiram) afectem o rendimento do Banco ou o valor dos seus investimentos em instrumentos financeiros. O objectivo da gestão do risco de mercado é administrar e controlar a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que optimiza o retorno tendo por base o risco.

A forma como o BCTL entende a administração de riscos de mercado é fortemente guiada pelo seu enquadramento legal, o qual exige que os seus investimentos sejam efectuados em instrumentos financeiros de elevada qualidade de curta duração.

O Banco mede e administra a sua exposição ao risco de mercado em termos de risco de taxa de juros e risco de câmbio de moeda estrangeira. Nas secções seguintes dão-se informações sobre estes dois riscos.

(i) Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de prejuízos resultantes de eventuais alterações das taxas de juro.

A administração do risco associado às taxas de juro pelo Banco é determinada parcialmente pelo quadro legal esboçado acima e em parte por uma política de administração de procurar articular os períodos de reavaliação dos seus activos e passivos.

Os activos e passivos da Autoridade atingirão a sua maturidade ou são reavaliados nos seguintes períodos:

Mil USD	Total 2012	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	640.792		640.792	
Títulos negociáveis	301.980		301.980	
Investimentos	24.444	24.444		
Outros activos	4.477	4.477		
TOTAL dos activos	971.693	28.921	942.772	-
Depósitos Do Governo	818.941		818.941	
Outros depósitos	119.567	24.444	95.123	
Provisão para transferência de excedente	206	206		
Outras responsabilidades	8.742	8.742		
Moeda emitida	4.773	4.773		
TOTAL das responsabilidades	952.229	37.963	914.065	-
Diferença líquida quanto à sensibilidade à taxa de juro	19.464	-9.243	28.708	-

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Mil USD	Total 2011	Não sensível à taxa de juro	6 meses ou menos	Mais de 6 meses
Dinheiro e equivalentes	160.317		160.317	
Títulos negociáveis	312.908		312.908	
Investimentos	24.454	24.454		
Outros activos	13.879	13.879		
TOTAL dos activos	511.557	38.333	473.224	-
Depósitos do Governo	418.516		418.516	
Outros depósitos	55.077	24.454	30.624	
Provisão para transferência de excedente	419	419		
Outras responsabilidades	14.524	14.524		
Moeda emitida	3.863	3.863		
TOTAL das responsabilidades	492.400	43.260	449.140	-
Diferença líquida Quanto à sensibilidade à taxa de juro	19.158	-4.927	24.085	-

ii) Análise de sensibilidade

Ao gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e de taxa de câmbio o Banco tem como objectivo principal reduzir o impacto das flutuações de curto prazo no seu rendimento líquido. A 31 de Dezembro de 2012 estimava-se que uma subida generalizada das taxas de juro em 1 ponto percentual aumenta os lucros da Autoridade em cerca de 127 mil USD.

(iii) Risco de Câmbio de Moeda Estrangeira

O risco cambial de moeda estrangeira é o risco de se registar um prejuízo resultante de alterações nas taxas de câmbio.

A administração do Banco mantém uma baixa exposição a moedas estrangeiras, as quais são mantidas apenas a um nível que seja suficiente para cumprir com as obrigações operacionais de liquidação de dívidas. O Banco não se envolve em actividades de intervenção nos câmbios de moedas estrangeiras.

A 31 de Dezembro de 2012 a exposição líquida do Banco às principais moedas era a seguinte:

Mil USD	Total 2012	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
---------	---------------	-------------------	----------------------	---------	------

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Dinheiro e equivalentes	640.792	640.337	418		38
Títulos negociáveis	301.980	301.980			
Investimentos	24.444	-		24.444	
Outros ativos	4.477	4.476	1		
TOTAL dos ativos	971.693	946.793	419	24.444	38
Depósitos do Governo	818.941	818.941			
Outros depósitos	119.567	95.123		24.444	
Provisão para transferência excedentária	206	206			
Outras responsabilidades	8.742	8.742			
Moeda emitida	4.773	4.773			
TOTAL das responsabilidades	952.229	927.785	-	24.444	
Exposição líquida às moedas estrangeiras	19.464	19.008	419	-	38

Para comparação registem-se os resultados em 2011:

Mil USD	Total 2011	Dólares E.U.A.	Dólares Austrália	IMF SDR	Euro
Dinheiro e equivalentes	160.317	160.170	97		51
Títulos negociáveis	312.908	312.908			
Investimentos	24.454	-		24.453	
Outros activos	13.879	13.879	0		
TOTAL dos activos	511.557	486.956	97	24.453	51
Depósitos do Governo	418.516	418.516			
Outros depósitos	55.077	30.624		24.453	
Provisão para transferência excedentária	419	419			
Outras responsabilidades	14.524	14.524			
Moeda emitida	3.863	3.863			
TOTAL das responsabilidades	492.400	467.946	-	24.453	
Exposição líquida às moedas estrangeiras	19.158	19.010	97	-	51

(f) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta resultante de uma grande variedade de causas associadas com os procedimentos do Banco, o seu pessoal, tecnologia e infra-estruturas utilizadas na sua actividade e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os resultantes de exigências legais ou acontecimentos adversos na comunidade em geral. Riscos operacionais surgem em todas as operações desenvolvidas pelo Banco e são enfrentados por quaisquer entidades empresariais.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de modo a assegurar um equilíbrio entre o evitar de perdas financeiras e danos à reputação do Banco com a eficácia global dos custos suportados e evitar procedimentos de controlo que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade de desenvolver e implementar controlos que façam face ao risco operacional pertence ao topo da administração de cada área de actividade da ABP. Esta responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões para a gestão do risco operacional nas áreas seguintes:

- Exigências de separação de deveres, incluindo autorizações independentes para as transacções;
- Exigências para a oportuna reconciliação e monitorização das transacções;
- Cumprimento escrupuloso das exigências legais e outras existentes;
- Documentação escrita de todos os procedimentos operacionais principais;
- Exigências para a avaliação periódica dos riscos operacionais que a Autoridade defronta e a adequação de controlos e procedimentos para fazer face aos riscos identificados;
- Exigência de informar sobre as perdas operacionais verificadas e o desenvolvimento de acções que ajudem a remediar a situação;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Contínuo desenvolvimento de capacidades e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecimento de padrões éticos de comportamento; e
- Mitigação do risco, incluindo através da realização de seguros para as operações de mais elevado risco.

O cumprimento destes padrões é apoiado por um programa de revisões periódicas baseadas no risco levadas a cabo pela Auditoria Interna. Os resultados destas são discutidos com os responsáveis das áreas de actividade a que dizem respeito, com todos os resultados submetidos mensalmente ao Director Geral e um resumo do trabalho empreendido submetido trimestralmente ao Conselho de Administração.

(g) Administração do Capital

A administração do capital do BCTL está sujeita ao disposto na Lei nº 5/2011, a Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste. Em particular, a Lei estipula as exigências seguintes:

- O capital do BCTL é de USD 20.000.000 totalmente subscrito e realizado.
- Será estabelecida uma conta de reserva geral para deter a diferença entre dez por cento da quantia agregada dos saldos de crédito de todas as contas mantidas nos livros da Autoridade por titulares de conta registados no balanço do Banco no fim de cada ano fiscal e USD 20.000.000.
- O capital do Banco não poderá servir de garantia nem ser penhorado.

Não houve nenhuma mudança material na administração do capital do Banco durante o período.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

A afectação de capital entre operações e actividades específicas é, em larga medida, ditada pela necessidade para prover liquidez aos sistemas financeiro e económico de Timor-Leste. No mesmo sentido, uma proporção significativa de capital é afectada à manutenção de montantes físicos de moeda corrente em Timor-Leste, os quais não ganham nenhum juro, e em contas à ordem em bancos correspondentes.

5. Decisões críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco

Decisões contabilísticas críticas quanto à aplicação da política contabilística do Banco incluíram as seguintes:

Embora o Art.º 39 da Lei Orgânica do BCTL (Lei 5/2011) estabeleça que o Banco é autorizado a abrir e manter *trust accounts* nos seus livros desde que os respectivos activos e passivos sejam separados dos activos e passivos do Banco, a administração deste, tendo solicitado conselho sobre o estabelecido na Lei do Fundo Petrolífero e nas IFRS, determinou que as responsabilidades e activos do Fundo Petrolífero geridos e registados em nome do Banco não devem, para efeitos de reporte, ser apresentados no balanço do Banco.

6. Segmentação da informação reportada

A função primária do Banco é agir como o banco central de uma área geográfica específica: Timor-Leste. O capital do Banco não é comercializado publicamente e não há nenhuma intenção que o venha a ser. Assim sendo, ao BCTL não é exigida a apresentação de informação segmentada.

7. Dinheiro e seus equivalentes

Mil USD	2012	2011
Dinheiro	21.151	9.467
Depósitos em bancos centrais	548.120	126.590
Bancos no país	71.194	23.483
Bancos-não residentes	327	777
TOTAL	640.792	160.317

8. Títulos negociáveis

Mil USD	2012	2011
Títulos do Tesouro dos Estados Unidos	301.980	312.908
TOTAL	301.980	312.908

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

9. Activos e responsabilidades financeiras

O quadro abaixo apresenta a classificação que o BCTL atribui a cada classe de activos e de responsabilidades, identificando a natureza e montantes dos activos e responsabilidades financeiras, com os seus valores estimados de mercado (excluindo os juros adicionados).

2012	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Mil USD						
Dinheiro e depósitos		640.792			640.792	640.792
Títulos negociáveis	301.980				301.980	301.980
Investimentos			24.444		24.444	24.444
Outros activos				4.477	4.477	4.477
Total dos ACTIVOS	301.980	640.792	24.444	4.477	971.693	971.693
Depósitos do Governo			818.841		818.841	818.841
Outros depósitos			119.567		119.567	119.567
Provisões para transferência				206	206	206
Outras responsabilidades			8.742		8.742	8.742
Moeda emitida			4.773		4.773	4.773
TOTAL das responsabilidades	-	-	952.023	206	952.229	952.229

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

2011	Negociável	Dinheiro e depósitos	Custo amortizado	Outros	Total a transitar	Valor de mercado
Mil USD						
Dinheiro e depósitos		160.317			160.317	160.317
Títulos negociáveis	312.908				312.908	312.908
Investimentos			24.453		24.454	24.454
Outros activos				13.879	13.879	13.879
Total dos ACTIVOS	312.908	160.317	24.453	13.879	511.557	511.557
Depósitos do Governo			418.516		418.516	418.516
Outros depósitos			55.077		55.077	55.077
Provisões para transferência				419	419	419
Outras responsabilidades			14.524		14.524	14.524
Moeda emitida			3.863		3.863	3.863
TOTAL das responsabilidades	-	-	491.981	419	492.399	492.399

10. Instituições Financeiras Internacionais

(A) Fundo Monetário Internacional

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro do FMI em 23 de Julho de 2002. O Banco foi designado como o depositário oficial de acordo com o Artigo XIII dos Estatutos do FMI. De acordo com práticas contabilísticas geralmente aceites nos Bancos Centrais, o Banco inscreveu a quota de subscrição de Timor-Leste como um activo no seu balanço mas simultaneamente reconhece os depósitos do Fundo (numerário e títulos) como sua responsabilidade.

Em consequência, os saldos das contas do Fundo (denominadas em Direitos de Saque Especiais-DSE) são como segue

Subscrição da quota do FMI (activo)	DSE	8.200.000
Conta em Numerário do FMI (passivo)	DSE	21.500
Conta de títulos do FMI (passivo)	DSE	8.178.500

A conta de títulos do FMI reflecte o valor de uma Nota Promissória em custódia no BCTL a favor do FMI e pagável pelo Ministério das Finanças da RDTL enquanto agente fiscal do FMI em Timor-Leste. O balanço regista o valor equivalente em USD dos SDR/DSE à taxa de câmbio SDR/USD aplicável.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Milhares dólares E.U.A.

Fundo Monetário Internacional

IMF Conta nº1

IMF Conta Nº2

IMF Conta de Títulos

Total

	2012	2011
	32	31
	2	2
	12.534	12.556
Total	12.567	12.589

(B) Grupo do Banco Mundial

A República Democrática de Timor-Leste tornou-se membro de três instituições que compõem o chamado “Grupo do Banco Mundial” em 23 de Julho de 2002. Ao abrigo das disposições relevantes dos Estatutos destas instituições, o BCTL foi designado como depositária oficial. De acordo com a prática generalizada, o Banco regista os saldos existentes com os membros do Grupo Banco Mundial numa base de responsabilidades líquidas. Os montantes subscritos denominam-se em dólares dos Estados Unidos e são como segue:

International Bank for Reconstruction and Development

O Banco regista o saldo do balanço com o IBRD numa base de responsabilidades líquidas.

International Development Association

Timor-Leste subscreveu USD 349.842, dos quais USD 314.858 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no BCTL.

Multilateral Investment Guarantee Agency

Timor-Leste subscreveu 50 partes com um valor global de USD 541.000, dos quais USD 54.100 foram pagos sob a forma de uma Nota Promissória depositada no Banco.

(C) Banco Asiático de Desenvolvimento

O Banco regista o saldo do balanço com o BAD numa base de responsabilidades líquidas.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

11. Propriedade, instalações e equipamento

2012	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, etc	Veículos	TOTAL
Custo						
Balanço de abertura	889	292	343	524	321	2.369
Aquisições	0	1	0	1	0	3
Balanço em 31DEZ2011	889	293	343	525	321	2.372
Balanço em 1JAN2012	889	293	343	525	321	2.372
Aquisições	0	4	31	75	0	109
Balanço em 31DEZ2012	889	297	374	600	321	2.481
Depreciação						
Balanço de abertura	420	204	219	476	210	1.529
Ajustamentos dos períodos anteriores	0	0	0	0	0	0
Depreciação no período	44	30	29	36	33	173
Balanço em 31DEZ2012	465	234	248	512	243	1.702
Montantes a transitar						
Balanço de abertura	469	89	124	49	111	842
Balanço em 31DEZ2012	424	63	126	88	78	779

Mil USD

2011	Terreno e edifícios	Instalações	Equipamento de escritório	Computadores, etc	Veículos	TOTAL
Custo						
Balanço de abertura	889	292	343	524	321	2.369
Compras	0	1	0	1	0	3
Balanço em 31DEZ11	889	293	343	525	321	2.371
Depreciação						
Balanço de abertura	407	194	210	464	200	1.474
Depreciação no período	13	10	9	13	10	55
Balanço em 31DEZ2011	420	204	219	476	210	1.529
Montantes a transitar						
Balanço de abertura	482	97	133	61	121	894
Balanço em 31DEZ2011	469	89	124	49	111	842

Mil USD

Devido à inexistência de um sistema de registo de propriedade em Timor-Leste e de um mercado imobiliário no qual seja possível estabelecer, graças aos preços no mercado, o valor de estabelecimentos comerciais e outros tipos de propriedade, o Conselho de Administração do Banco mostrou-se incapaz de estabelecer um valor justo para o terreno e as instalações da sede da instituição.

Em resultado, o custo original da terra e dos edifícios foi considerado nulo, não tendo sido posteriormente feita qualquer avaliação dos mesmos.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Na data do balanço não havia prejuízos a registar.

12. Outros activos

Outros activos compreendem os seguintes:

<i>Mil USD</i>	2012	2011
Outros Activos		
Contas a receber	4.258	13.812
Juros a receber	63	4
Adiantamentos	1	0
Depósitos de segurança	4	4
Pré-pagamentos	11	33
Existências	140	27
TOTAL	4.477	13.879

As existências compreendem o custo de moedas de centavos ainda não emitidas mas existentes nos cofres do Banco Central. À data do balanço não havia a registar quaisquer prejuízos nestes activos.

13. Depósitos do Governo

Mil USD	2012	2011
Fundo consolidado (OGE)	341.966	236.125
Fundo de Infraestruturas	469.214	171.120
Fundo de desenv. do capital humano	7.761	11.271
TOTAL	818.941	418.516

14. Outros depósitos

Mil USD	2012	2011
Instituições financeiras nacionais	95.123	30.624
Instituições financeiras internacionais (líquido)	12.567	12.589
TOTAL	107.690	43.213

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

15. Provisão para a transferência de excedente para o Governo de Timor-Leste

O Artº 9 da Lei Orgânica do Banco Central de Timor-Leste, Lei nº 5/2011, determina que o lucro líquido do Banco, depois das deduções estatutárias para a Conta de Reserva Geral e a Conta de Reserva Adicional, seja transferido para o Governo de Timor-Leste.

Uma quantia equivalente a 50 por cento dos lucros deverá ser debitada à conta de reserva geral até que o capital autorizado e as reservas gerais equivalem a 10 por cento do total de activos financeiros do Banco, a transferência para o Governo será feita como segue:

Mil USD	2012	2011
Transferência para o Governo		
Balanço da Conta Geral de Reserva	-	338
Lucro líquido do ano terminado em 31DEZ12	411	81
Transferência para/da Reserva Geral	-205	-
TOTAL Transferência para o Governo	206	419

16. Outras responsabilidades

Mil USD	2012	2011
Outras responsabilidades		
Outras contas pagáveis	4.932	989
Impostos retidos a pagar	2	-
Provisão para a conta de serviço prolongado	160	128
Letras de crédito	3.611	12.978
Contas operacionais	38	429
TOTAL	8.742	14.524

17. Direitos de Saque Especiais

Este item refere-se à responsabilidade em relação à parte de Timor-Leste dos Direitos de Saque Especiais (*Special Drawing Rights*) no Fundo Monetário Internacional de 7.727.908 DSE. A responsabilidade montava a 11.864.492 USD à data de 31 de Dezembro de 2011 utilizando a

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

taxa de câmbio do USD em relação aos DSE. O montante é um passivo de longo prazo da Autoridade.

Mil USD	2012	2011
Responsabilidade de longo prazo		
Conta de depósito de DSE do FMI	11.877	11.864
Total	11.877	11.864

18. Capital e reservas

O capital do Banco é de 20.000.000 USD

As seguintes reservas são estabelecidas pelo artigo 10.1 da lei do Banco Central:

- Uma quantia equivalente a 50 por cento dos ganhos é creditada na conta de reserva geral, até que o capital e a reserva geral representem 10 por cento do total de activos financeiros do Banco;
- Uma parte dos ganhos restantes pode, sob proposta do Conselho de Administração, aprovada pelo Governo, ser creditada nas contas de reserva especiais estabelecidas nos termos do n.º 4 do artigo 8.º, até que as contas de reserva atinjam um montante que o Conselho de Administração considere adequado;
- Depois de deduzidas as quantias referidas nas alíneas a) e b), os lucros restantes são utilizados para amortizar os títulos emitidos pelo Banco, sendo o remanescente transferido para o Tesouro e inscrito como receita no Orçamento Geral do Estado.

Além disso, é estabelecida a reserva seguinte como consequência da detenção de activos reconhecidos nas contas do BCTL como susceptíveis de serem negociados:

- Uma Reserva de Valor que retenha as alterações líquidas acumuladas no valor estimado de mercado de investimentos susceptíveis de serem comercializados até que eles deixem de constar dos activos da instituição ou apresentem prejuízo.

19. Responsabilidades contingentes

Em 31 de Dezembro de 2012 não havia responsabilidades contingentes.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

20. Rendimento líquido sob a forma de juros

Mil USD	2012	2011
Rendimento de juros de ativos financeiros		
Juros de depósitos em outros bancos centrais	192	13
Juros de investimentos negociáveis	288	49
Juros de depósitos em bancos no país	810	8
TOTAL do rendimento em juros	1.290	70
Juros pagos às responsabilidades financeiras		
Juros pagos aos depósitos do Governo	186	15
Juros pagos aos depósitos de bancos comerciais	1	0
TOTAL das despesas em juros	187	15

21. Rendimentos de Taxas e de Comissões cobradas

Mil USD	2012	2011
Taxas e de Comissões		
Taxas por levantamento de notas/moedas	36	18
Taxas de licenciamento e supervisão	53	28
Taxas de gestão da conta do Governo	500	151
TOTAL das taxas e comissões	589	197

22. Taxa de gestão do Fundo Petrolífero

De acordo com o previsto na Lei do Fundo Petrolífero N° 9/2005 o Banco é autorizado a cobrar uma taxa pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste que represente razoavelmente o custo de administrar o referido Fundo. O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de Dezembro de 2012 era de 11.775 milhões de USD (valor não auditado). A taxa de administração estabelecida foi de 8,6 milhões ou 7,0 pontos base [= %] (a execução da taxa de administração do fundo de petróleo foi de 7,01 milhões para a custódia e serviços de gestão externos e o resíduo foi a gestão interna) quando medidos em relação ao saldo médio dos fundos administrados durante o ano.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

23. Despesas com o pessoal

Mil USD	2012	2011
Despesas com o pessoal		
Salários e outras remunerações equivalentes	668	263
Pagamentos para o bem-estar dos funcionários	72	24
Despesas com a formação do pessoal	183	11
Representação em conferências e similares	118	38
TOTAL das despesas com o pessoal	1.042	336

24. Despesas de administração

Mil USD	2012	2011
Despesas de administração		
Despesas de manutenção dos activos	20	5
Comunicações	32	12
Sistemas de Informação	92	24
Seguros	24	21
Despesas de expediente	85	1
Comissões a profissionais	684	180
Outros despesas de administração	143	45
TOTAL das despesas de administração	1.080	288

25. Fundo Petrolífero de Timor-Leste

O Banco é responsável pela administração operacional do Fundo Petrolífero de Timor-Leste conforme a Lei 9/2005 sobre o Fundo Petrolífero de Timor-Leste e um Acordo de Administração Operacional assinados entre o Banco e o Ministério das Finanças.

No quadro desses arranjos legislativos, o Banco estabeleceu os seguintes mecanismos para a realização da referida administração:

1. Foi aberta pelo Banco, em seu próprio nome e no Banco de Reserva Federal de Nova Iorque, uma conta destinada especificamente e apenas a receber todos os pagamentos de outros relativos a receitas de petróleo.
2. Os investimentos do Fundo Petrolífero e os acordos de custódia com eles relacionados são efectuados em nome da Autoridade.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

3. O BCTL não é responsável por perdas que surjam das operações do Fundo Petrolífero a não ser que tais perdas surjam de negligência do Banco ou dos seus empregados.

Tomando em consideração as normas estabelecidas pelos padrões internacionais de contabilidade, os activos e passivos do Fundo Petrolífero não são incluídos no balanço do Banco.

Os activos e passivos do Fundo Petrolífero a 31 de Dezembro de 2012 eram como segue:

Mil USD	2012	2011
Activos do Fundo Petrolífero		
Dinheiro e depósitos	60.884	24.627
Outros valores recebíveis	6.478	2.218
Activos financeiros ao valor de mercado	11.711.145	9.285.304
MENOS: títulos com compra pendente	- 3.158	- 1.828
Total dos activos	11.775.349	9.310.321
Capital		
Capital	11.775.349	9.310.321

26. Transacções com partes com relações com a Autoridade

Controlador em última instância

O capital do Banco é detido pela República Democrática de Timor-Leste e não inclui outros direitos de voto ou controlo que não os desta. O Banco encontra-se legalmente estabelecida como entidade pública distinta e autónoma, responsável perante o Governo, com o controlo sobre as políticas financeiras e operacionais distribuído entre o Conselho de Administração e o Governador. O Artº 3.2 da Lei 5/2011 sobre o Banco Central dá a este completa autonomia legal, operacional, administrativa e financeira relativamente a qualquer outra pessoa ou entidade, incluindo o Governo e quaisquer das suas agências e órgãos ou entidades subsidiárias.

Conselho de Administração

Durante o ano fiscal a que este relatório diz respeito nenhum dos membros do Conselho de Administração era exterior aos quadros de gestores de topo da Instituição, cujas remunerações são divulgadas abaixo.

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

Pessoal de topo da Administração

A administração do Banco é exercida por um Comité de Gestão que inclui o Governador e cinco dos membros de categoria mais elevada do pessoal.

Mil USD	2012	2011
Remunerações da Administração		
Benefícios de curto prazo (remunerações)	102	39
Benefícios de longo prazo	7	2
Total	109	41

Entidades relacionadas com o Governo da RDTL

O Banco presta serviços bancários numa base de íntima relação ao Ministério das Finanças e a outras entidades públicas que estão isentas dos requisitos de informação do parágrafo 18 da IAS 24 “Informação sobre entidades relacionadas” relativamente às transacções com elas e os balanços resultantes, incluindo compromissos assumidos.

27. Autorização de publicação da Declarações Financeiras

Estas declarações financeiras foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração do Banco Central de Timor-Leste em 28 de Outubro de 2013

Banco Central de Timor-Leste

Notas às Declarações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT TO THE GOVERNING BOARD OF BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE

Report on the financial report

We have audited the accompanying financial statements of Banco Central de Timor-Leste (BCTL), which comprises the statement of financial position as at 31 December 2012, and the statement of comprehensive income, statement of changes in equity and statement of cash flows for the year ended on that date, notes 1 to 27 comprising a summary of significant accounting policies and other explanatory information.

Governors' responsibility for the financial report

The Governors of BCTL are responsible for the preparation and fair presentation of the financial report in accordance with the International Financial Reporting Standards and in accordance with the Central Bank Law no 5/2011 and for such and for such internal control as the Governors determine is necessary to enable the preparation of the financial report that is free from material misstatement whether due to fraud or error.

Auditor's responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the financial report based on our audit. We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. These Auditing Standards require that we comply with relevant ethical requirements relating to audit engagements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance whether the financial report is free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgement, including the assessment of the risks of material misstatement of the financial report, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal control relevant to the entity's preparation and fair presentation of the financial report in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the entity's internal control. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial report.

